

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS – SR/22

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 134/2013**, Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão e das orientações elaboradas pelos órgãos de controle interno.

Maceió/AL/2015

Lista de siglas e abreviações

APP – Área de Preservação Permanente
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP – Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU – Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM – Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS – Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC – Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE – Diretoria de Gestão Estratégica
DET – Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR – Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GAP – Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE – Grau de Eficiência na Exploração
GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT – Grau de Utilização da Terra
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO – Licença de Instalação e Operação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LP – Licença Prévia
LTDA – Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE – Norma de Execução
NTGARFAL – Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA – Projeto de Assentamento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAF – Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE – Plano Geral de Estatísticas
NDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA – Plano Plurianual
PRA – Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU – Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG – Relatório de Gestão
RIBAC – Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL – Reserva Legal
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA – Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD – Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR – Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD – Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE – Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU – Tribunal de Contas da União
TD – Título Definitivo
TDA – Título da Dívida Agrária
TI – Tecnologia da Informação
UA – Unidade Avançada
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UMC – Unidade Municipal de Cadastramento
UO – Unidade Orçamentária

Lista de Quadros

Quadro 1 – Identificação da UJ

Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1

Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2

Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3

Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4

Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5

Quadro 7 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 6

Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Quadro 9 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Quadro 10 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar

Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento – Execução física e orçamentária

Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar

Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar

Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

Índice

.....	10
1. Apresentação.....	10
2. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas.....	12
3. Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional.....	13
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos.....	19
i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos.....	19
3.3. Desempenho operacional.....	20
3.3.1. Ordenamento da estrutura fundiária.....	20
i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso.....	20
ii. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	21
iii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica incluindo.....	21
iv. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.....	24
v. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso.....	25
A fidedignidade dos registros informatizados tem sido garantida a partir de periódicos esclarecimentos aos funcionários responsáveis sobre as normas relativas às normas sobre procedimentos publicadas pelo INCRA/Sede. Fiscaliza-se com rigor o fato de o acesso ao SNCR ser permitido apenas aos profissionais legalmente habilitados.....	25
vii. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício. A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores.....	27
3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento.....	29
i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso.....	29
Análise.....	30
ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).....	30
iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas....	31
iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional.....	33
iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional.....	33
v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao	

Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia.....	34
vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados.....	34
vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária.....	34
viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso.....	35
ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício.....	35
x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício.....	35
3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento.....	36
i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso.....	36
ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento.....	41
iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento.....	43
Agroindustrialização.....	47
Educação no campo.....	56
v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.).....	56
vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício.....	56
vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência.....	59
viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento.....	59
ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor.....	59
4- Governança.....	59
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna.....	59
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	59
4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico.....	59
4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública.....	60

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1.....	60
5- Relacionamento com a sociedade.....	60
5.1- Canais de acesso do cidadão.....	60
6- Desempenho financeiro e informações contábeis.....	61
6.1- Desempenho financeiro do exercício.....	61
6.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	63
6.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber.....	63
6.3.1 Empréstimos concedidos.....	63
7- Áreas especiais da gestão.....	72
7.1- Gestão de pessoas.....	72
7.1.1- Estrutura de pessoal da unidade.....	72
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	75
8.1- Tratamento de deliberações do TCU.....	75
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	76
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	81
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	4
9- Anexos e apêndices.....	4
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	4
9.2- Resultados do atendimento ao público externo.....	6
9.3- Memória de cálculo dos indicadores.....	6
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares.....	6

1. Apresentação

O presente relatório visa apresentar de forma simples, objetiva, concisa e transparente a execução física e orçamentária desta Superintendência do INCRA em Alagoas (SR/22) no exercício de 2015, retratando as principais atividades realizadas nos programas de Reforma Agrária e de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Objetiva, igualmente, apontar os gargalos internos e externos de gestão e propor vias para sua superação. Foi elaborado de maneira democrática e participativa pela equipe de gestores da SR/22, sob coordenação da Assessoria de Planejamento e Controle com a ajuda de representantes das quatro divisões. A metodologia utilizada foi a distribuição inicial do trabalho de preenchimento de cada parte do documento à Divisão responsável pelos programas e ações de sua competência. Periodicamente, foram feitas reuniões de avaliação dos resultados alcançados no referido preenchimento e de identificação e equacionamento dos problemas.

Este Relatório de Gestão 2015 da Superintendência Regional do Incra em Alagoas (SR-22) foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN TCU n.º 134/2013, Manual do Tribunal de Contas da União para confecção do Relatório de Gestão (Secex – Ambiental – 2DT, 12/2013) e das orientações do órgão de controle interno. Devido às peculiaridades da realidade no qual esta SR/22 está inserida, os seguintes pontos propostos não tinham como ser preenchidos: 1) Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia; 2) Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício; 3) Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento; 4) Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor; 5) Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal.

2. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas

2.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Denominação abreviada: INCRA		
CNPJ:00.375.972/0023-76		
Código SIORG: 4144	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373051
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Administração pública em geral	Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(082) 3201-1950 / 3201-1952	
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua do Imperador, nº 105, Centro. Maceió-AL. CEP: 57020-030.		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37.201	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	

3. Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1

Objetivo Estratégico 01: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	500	326
Número de famílias atendidas com assistência técnica	6000	5.748
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	-	609
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	-	-
Número de créditos instalação supervisionados	1.500	2.044
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	-	23
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	-	-
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	-	146
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	-	-
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	-	-
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	1.200	1.087
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
A análise sobre o desempenho da SR-22 na execução dessas ações está inserida mais adiante, nos itens relativos às atividades da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo-2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante

Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2

Objetivo Estratégico 02: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	-	-
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	1.242	1.614
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Sede	Sede
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	-	-
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	-	-
Número de imóveis rurais georreferenciados	1	-
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	606	121
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	-	812
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	-	-
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	-	-
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
A análise sobre o desempenho da SR-22 na execução dessas ações está inserida mais adiante, nos itens relativos às atividades da Divisão de Ordenamento Fundiário.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo – 2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante

Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3

Objetivo Estratégico 03: Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.		
a) Descrição		
Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	6.000 ha	1.781,50 ha
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	6	5
Número de famílias assentadas	204	248
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	-	-
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	-	-
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	192	104
b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação		
A análise sobre o desempenho da SR-22 na execução dessas ações está inserida mais adiante, nos itens relativos às atividades da Divisão de Obtenção de Terras.		
c) Resultados Estratégicos Previstos		
Curto prazo – 2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante

[illegible]

Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5

Objetivo Estratégico 05: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

a) Descrição

Atividade	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	-	-
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	-	-
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	-	-
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	1	-
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	-	-
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	-	-
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	-	-

b) Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A análise sobre o desempenho da SR-22 na execução dessas ações está inserida mais adiante, nos itens relativos às atividades da Divisão de Obtenção de Terras.

c) Resultados Estratégicos Previstos

Curto prazo – 2014	Médio prazo – 2015 (PPA)	Longo Prazo – 2016 em diante

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO 04.

[illegible]

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

A tabela abaixo resume a quantidade a situação dos convênios vigentes no Exercício de 2015 envolvendo transferência de recursos para entidades sem fins-lucrativos.

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	02	Prestadas	Dentro do prazo	2,00
			Fora do prazo	0,00
Total de valores repassados	2.918.323,00	Não prestadas	Dentro do prazo	2.848.323,00
			Fora do prazo	70.500,00

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Os convênios em vigor com transferência de recursos estão com suas prestações de conta essencialmente dentro dos prazos acordados. Os atrasos estão sendo acompanhados e analisados pelo Setor de Contabilidade da Divisão de Administração, como se pode ver com mais detalhe no item 8.3 do presente Relatório de Gestão.

3.3. Desempenho operacional

3.3.1. Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

Descrição		Execução física	Execução orçamentária					Execução financeira	
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/ unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	1242	1614	21.000,00	21.000,00	13.758,58	13.758,58	13.758,28
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema Mantido / unidade	Sede	Sede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizados	15	-	19.634,00	11.279,30	9.269,05	9.269,05	9.269,05
210U	Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado	1	-	10.517,00	7.475,00	7.019,73	7.019,73	7.019,73
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área Reconhecida / hectare	500	-	53.353,20	59.303,20	34.312,31	34.312,31	34.312,31
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras dos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades Quilombolas	Área Indenizada	--	--	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária não executou despesas com restos a pagar do Exercício de 2014 e não inscreveu restos a pagar do Exercício de 2015, tendo realizado todas as despesas empenhadas e liquidadas no seu respectivo ano fiscal.

ii. Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

A Ação 2105 (Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural) tem como finalidade auferir qualidade e funcionalidade à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de entes públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e emitir Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais para fins de registro imobiliário, de controle de aquisição de terras por estrangeiro, de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Outra atividade da referida Ação é a de modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos – SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

No ano de 2015, esta Ação continuou sendo executada pelos três servidores como no exercício anterior, sendo um deles a gestora do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), a qual, além de realizar a análise de processos de atualização cadastral de imóveis rurais, juntamente com os outros dois servidores, é também responsável pela implantação ou revitalização das Unidades Municipais de Cadastro (UMC), por meio da celebração de convênios ou acordos de cooperação técnica com os municípios, visando a implantação da Sala da Cidadania Digital. A implantação dessas Salas da Cidadania Digital é a estratégia atualmente utilizada para se interiorizar várias atividades desta autarquia, relacionadas ao SNCR, aos Projetos de Assentamentos (PA's) e ao atendimento aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, aproximando o INCRA e o público usuário. Neste Exercício de 2015, conseguimos avançar com essas parcerias na celebração de 03 Acordos de Cooperação, dos 4 previstos, totalizando um estoque de 10 Unidades Municipais de Cadastro implantadas no Estado de Alagoas, tendo sido capacitados 10 servidores no Novo SNCR.

iii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

A demanda para a análise de requerimentos de certificação de imóveis rurais ainda é baixa. Mesmo assim, houve demora na análise dos requerimentos, pois apenas dois servidores estão trabalhando sistematicamente na atividade e participam de outras atividades internas e externas do Serviço de Cartografia. Sugere-se que o INCRA abra novas vagas no seu quadro de pessoal para Engenheiro Agrimensor/Cartógrafo via concurso público.

Para aumentar o conhecimento da malha fundiária, o INCRA automatizou o processo de certificação através da implantação do SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária, dando maior

celeridade ao processo. Esperamos ampliar ainda mais esse conhecimento, pois a legislação determina que, até 21 de novembro de 2023, todos os imóveis rurais objetos de desmembramento, remembramento, parcelamento e qualquer situação de transferência de titularidade devem estar georreferenciados e certificados.

Atualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, ao qual o INCRA está subordinado, mantém convênio com o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral) para realização do georreferenciamento de todos os imóveis rurais dos municípios objetos do convênio. Sugere-se que o MDA repasse cópia do produto final do convênio ao INCRA para inserção e/ou atualização dos dados na base cartográfica ou que esses dados sejam inseridos no SIGEF para subsidiar o trabalho de certificação, ampliando assim a base de dados, desde que todo o levantamento e processamento tenha sido conforme a NTGIR em vigor na época ou posterior.

Para dar maior celeridade ao processo de certificação de imóveis rurais, o INCRA automatizou o processo através da implantação do SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária em 23/11/2013, conforme Portaria Nº486 DE 02/09/2013 que homologou a 3ª Edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, o Manual Técnico de Posicionamento e o Manual Técnico de Limites e Confrontações.

A comunicação com cartórios referente ao processo de certificação ocorrerá pelo acesso do Oficial de Registro ao SIGEF, conforme Art. 16 da INº 77 de 23/08/2013.. Conforme o Art. 17 da mesma IN: “A certificação do memorial descritivo pelo INCRA não implicará reconhecimento do domínio ou a exatidão dos limites e confrontações indicados pelo credenciado, bem como não dispensará a qualificação registral, atribuição exclusiva do oficial de registro de imóveis”. Portanto, no ato da certificação não são validados os dados referentes à matrícula/transcrição e ao proprietário. Após o processo de certificação, caberá ao credenciado ou ao oficial de registro de imóveis informar o número da nova matrícula correspondente à parcela, bem como o(s) respectivo(s) proprietário(s).

Ainda não temos estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita de que tratam o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973, devido ao fato de não ter chegado demanda por parte da justiça nos autos que envolva unidades rurais cuja somatória da área não exceda a quatro módulos fiscais, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários desses imóveis.

Processos protocolados para Certificação	
Estoque inicial de processos protocolados até 2015:	0

Processos protocolados em 2015:	65
Processos analisados em 2015:	65
Estoque final de processos protocolados em 2015:	0
Processos analisados	
Estoque inicial de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento):	0
Processos analisados em 2015:	65
Processos arquivados em 2015 (a):	63
Processos certificados em 2015 (b):	0
Estoque final de processos analisados até 2015 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento):	2
Processos concluídos	
Processos arquivados em 2015 (a):	63
Processos certificados em 2015 (b):	0
Total de processos concluídos (a + b)	63

Demarcação Topográfica

Pelo fato de o Serviço de Cartografia fazer parte da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a mesma está incumbida de gerir a fiscalização e execução dos serviços de medição, georreferenciamento e demarcação topográfica de projetos de assentamento, procedimento necessário à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento rural sustentável, atividades estas inseridas na Ação 211A – Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos Rurais (Demarcação Topográfica em Projeto de Assentamento). No Exercício de 2015, foi inicialmente programado o atendimento a 606 famílias, porém, como não foram descentralizados recursos para a execução por via indireta (licitação/pregão), foram executados, por via direta, pelos servidores do Serviço de Cartografia desta SR-22/AL, serviços de medição, demarcação e georreferenciamento de 121 parcelas rurais, 03 áreas de reservas legais e 01 área comunitária nos projetos de assentamentos Belo Horizonte e Fidel Castro/Pimentas, localizados, respectivamente, nos municípios de Novo Lino e Joaquim Gomes.

Atividades executadas em 2015

Projeto de Assentamento	Código SIPRA	Município	Modalidade de Exploração	Zona	Ação	Números de Parcelas
-------------------------	--------------	-----------	--------------------------	------	------	---------------------

BELO HORIZONTE	AL0077000	NOVO LINO	INDIVIDUAL	MATA	ANTEPROJETO E PARCELAMENTO	75
FIDEL CASTRO/PIMENTAS	AL0179000	JOAQUIM GOMES	INDIVIDUAL	MATA	ANTEPROJETO E PARCELAMENTO	49

iv. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência

No exercício de 2015, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas de Alagoas deu prosseguimento aos 3 processos em andamento, conforme tabela abaixo:

	Estágio de Implementação, Resultados e Avanços	Etapas ainda não concluídas	Dificuldades e Gargalos	Ações Necessárias
Tabacaria	Processo próximo da titulação parcial	Demarcação das últimas propriedades, totalizando 137,09ha que ainda não estão demarcadas.	Duas áreas ainda no TRF para decisão judicial sobre caducidade do Decreto do Território Quilombola.	Mais celeridade nas decisões judiciais que envolvem Regularização Fundiária Quilombola.
Abobreiras	Relatório Antropológico. Levantamento Fundiário. Planta e Memorial Descritivo. Cadastro Quilombola. Levantamento Sobreposições. Parecer conclusivo.	Responder à contestação judicial de um dos proprietários Parecer Jurídico e ata de aprovação CDR. Publicação do RTID	Houve contestação de um dos proprietários (Usina Seresta). Ainda em análise pela antropóloga.	
Cajá dos Negros	Relatório Antropológico. Levantamento Fundiário. Planta e Memorial Descritivo. Cadastro Quilombola. Levantamento Sobreposições.	Parecer conclusivo, parecer jurídico e ata de aprovação CDR. Publicação do RTID	Durante o processo, enfrentamos ameaças à comunidade. Foi necessário acionar o Ministério Público Federal e abrir inquerito investigatório na Polícia Civil. Atualmente, a situação está aparentemente controlada.	

Importante destacar que, mesmo não sendo atribuição do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, elaboramos levantamento de Cadeia Dominial do território das comunidades de Cajá dos Negros e Abobreiras com o objetivo de dar mais celeridade ao andamento dos processos. Isso incluiu pesquisa cartorária e levantamento fundiário. Trata-se de uma tarefa extremamente trabalhosa e que exige um conhecimento prévio. Necessitamos, portanto, de capacitação neste serviço para realizá-lo da melhor forma possível.

Além dos processos de Regularização de Territórios Quilombolas, em 2015, houve um trabalho intenso deste serviço na gestão da Mesa Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária de Alagoas, que realizou 6 reuniões periódicas para tratar de regularização fundiária e outras políticas públicas. Isso se justifica pelo fato do INCRA ter sido, em uma parte do

ano, a única fonte de diálogo entre as comunidades quilombolas e o Estado. Não havia ainda representante da Fundação Cultural Palmares, como também as Secretarias de Estado que dão atenção a este público estavam ainda se estruturando quanto à gestão, oferta de serviços e atendimento de demandas específicas. Projeta-se para o ano de 2016 uma mudança no foco da "Mesa Quilombola de Alagoas", restringindo seu escopo à regularização fundiária, com perspectiva de firmar parcerias com o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – ITERAL.

Em 2015, realizamos reorganização da gestão administrativa do Setor. Recebemos uma estagiária que tem tratado da organização de ofícios, memorandos, movimentação processual e do arquivo, que contava com muitos documentos dispersos e desorganizados.

As principais dificuldades enfrentadas pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombola em Alagoas tem início com o pequeno número de servidores: contamos com apenas 3 servidores. Existe, em Alagoas, 69 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 18 processos de regularização fundiária. Atualmente, nossa mão de obra é insuficiente para a expansão do serviço, ou seja, para o início de novos processos e visitas de explanação, com caráter de diagnóstico em novas comunidades, como estava sendo feito em anos anteriores. Outra dificuldade é a falta de prioridade dos beneficiários quilombolas dentro do INCRA, em comparação aos beneficiários "sem terra". Este fato gera dificuldades na execução do serviço, uma vez que nem todas as peças do RTID dependem do nosso Setor. Por vezes, temos de executar serviços que não são atribuição nossa tão somente porque diz respeito ao nosso público. Fica claro, portanto, que o INCRA ainda não incorporou a política quilombola dentro da sua estrutura.

v. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A fidedignidade dos registros informatizados tem sido garantida a partir de periódicos esclarecimentos aos funcionários responsáveis sobre as normas relativas às normas sobre procedimentos publicadas pelo INCRA/Sede. Fiscaliza-se com rigor o fato de o acesso ao SNCR ser permitido apenas aos profissionais legalmente habilitados.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

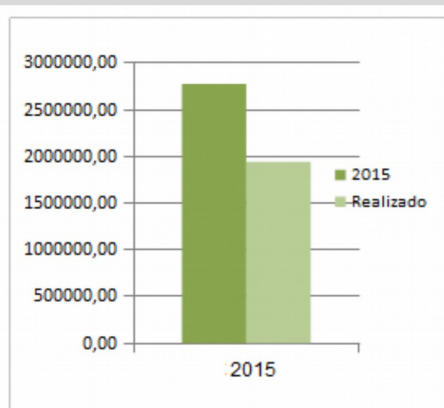
O Programa Terra Legal, focado nas áreas de fronteira, não incide na jurisdição da SR-22.

vii. *Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício. A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores*

Índice de cadastramento de imóveis rurais

Gráfico

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2015		2016
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
2776800,00	1943965,26	832834,74
Memória de cálculo: 2014: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (1.759.088,64 - Fonte: SNCR – Apuração Especial realizada em 30.06.2014) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (2.776.800,00 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100.		



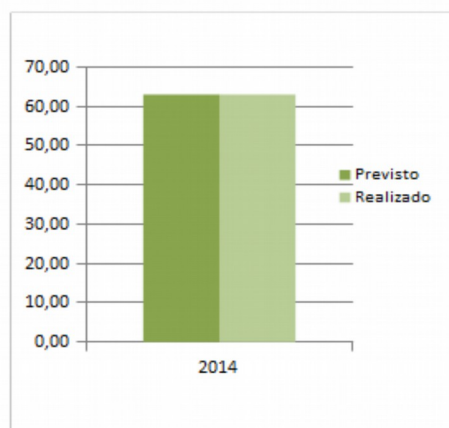
¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2015		2016
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
63,00	63,00	100,00
Memória de cálculo: 2014: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (40 - Fonte: SR-22/AL-F) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (40 - Fonte: SR-22/AL-F) multiplicado por 100.		



¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015

Índice de regularização fundiária

Gráfico

Índice de Regularização Fundiária (%)

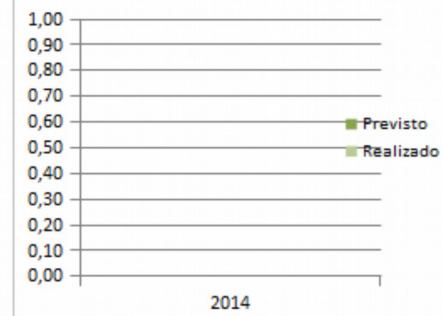
2015		2016
Previsto ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

2014: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

¹ Média dos últimos 3 anos

² Média dos últimos 3 anos. Valor definitivo será definido com a conclusão do Planejamento 2015



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta Física (Valores)	Execução Física	Meta Orçamentária	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	6.000 ha	1.781,50 ha	-	356.209,40	340.753,97	338.534,01	332.042,56	2219,96
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	204	248	-	68.028,00	59.626,45	50.626,45	493.63,00	9000,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-

Análise

Na atividade de vistoria, considerando a mudança nos normativos para a instrução dos processos e a alteração da unidade de monitoramento (passou de hectare vistoriado para laudo entregue), a SR-22 avalia que obteve bons resultados. Com um recurso orçamentário de R\$ 338.534,01, a Superintendência elaborou 5 das 6 cadeias dominiais planejadas (83,34%). Realizou a vistoria de 4.196,6200 hectares (69,94% da meta), mas, como a maioria desses trabalhos foi realizada no último trimestre e só terão seus laudos entregues em 2016, a execução física foi reduzida para 1.781,50 hectares, o que corresponde a 29,69% da meta proposta. Do montante de recursos liberados, R\$25.000,00 correspondem a pagamento de perícias judiciais.

Nas atividades de cadastro e seleção de famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária, foram gastos R\$50.626,45. A execução física foi de 248 famílias, representando 121,57% da meta planejada. O resultado obtido foi, naturalmente, muito satisfatório, uma vez que a meta física era de 204 famílias.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

O governo do estado, ao qual compete a administração das terras públicas/devoluta na jurisdição desta Superintendência, continua com um cadastro de terras desatualizado, fato que tem inviabilizado qualquer estratégia de alocação dessas áreas para projetos de assentamentos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibilizou recursos, através de convênio com o ITERAL, para realização das atividades com vista a expedição dos títulos de reconhecimento de domínio. Embora o recurso tenha sido descentralizado para realizar as atividades em nove municípios, nada foi concluído ainda.

Esta questão que vem sendo negociada com o governo do estado desde 2004. Diversas reuniões têm sido feitas na busca de solucionar o problema. Após algumas gestões do Incra, conseguimos em 2015 criar um projeto de assentamento em área doada pelo estado. Trata-se de uma gleba de terra composta por alguns imóveis arrecadados pelo governo estadual, a título de resgate de hipoteca, aos devedores do banco público denominado PRODUBAN. O conjunto de imóveis corresponde à área de 470,216 ha e beneficiou 55 famílias.

Desde os últimos exercícios, a obtenção de terras vem sofrendo o impacto das mudanças de legislação e de estratégia de atuação. Em 2015 não foi diferente, entretanto uma mudança na visão do Incra originou uma retomada da prioridade da pauta de obtenção, gerando uma ampliação dos recursos para as atividades de vistoria, independente do corte no orçamento geral da autarquia. No entanto, essa mudança de prioridade terá um efeito a longo prazo, uma vez que vistorias realizadas em um ano produzem o resultado esperado nos dois anos seguintes.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

No processo de planejamento das ações para o ano de 2015, como já praticado nos anos anteriores, a Divisão de Obtenção promoveu a reunião da equipe para estabelecer as metas e as ações prioritárias a serem executadas nas atividades de vistoria, cadastro e seleção de famílias e ambientais. Com a dificuldade em vistoriar imóveis para desapropriação devido a ocupação/esbulho, a compra/venda pelo Decreto 433/92 ainda é o instrumento mais utilizado, mas a superintendência ainda usa o instrumento da desapropriação, bem como está envidando esforços para avançar, junto à PGFN, nas discussões acerca de adjudicação de imóveis dos grandes devedores da união, com vistas a incorporação ao PNRA.

O planejamento participativo vem sendo adotado para garantir a motivação da equipe, bem como a melhor qualificação da demanda, vez que os atores que atuam na ponta tem o conhecimento necessário para oferecer informações precisas e apresentar críticas construtivas. Seguindo as orientações do Incra – Sede, fizemos uma projeção das ações possíveis de serem realizadas e estabelecendo os recursos financeiros necessários à sua execução.

A grande dificuldade para a maioria das ações realizadas pelo Incra é o descompasso entre a liberação dos recursos orçamentários e financeiros. Embora os recursos orçamentários tenham sido liberados, ainda que fracionadamente, a liberação dos recursos financeiros não correspondem às necessidades. Trata-se de uma dificuldade que vem persistindo. Em 2015, o descompasso acarretou muitos atrasos nas execuções das vistorias. O cenário projetado para 2016 não tende a ser distinto ; a referida dificuldade continuará afetando os cronogramas de execução planejados pela Divisão.

Executamos 29,69% da meta física programada, pois só foram consideradas as áreas com laudo entregues (como já identificado na análise do quadro apresentado). O alto gasto com manutenção de viaturas e combustível, bem como a carência de servidores também continuam contribuindo para a execução abaixo da meta programada. Entretanto, o salto qualitativo foi significativo. Para o exercício de 2016, muitos dos trabalhos realizados em 2015 serão considerados

como meta executada, já que os laudos serão entregues no atual exercício.

A frota de veículos da Superintendência ainda é deficitária. Com muitos carros antigos e custo de manutenção alto, a frota é insuficiente para atender a demanda de todas as divisões da SR-22. Encerramos as atividades do exercício de 2015 com 05 viaturas em condições de uso ; esse é o número total para atender a todas as demandas da regional.

A atuação integrada entre as divisões continua em evolução. A grande demanda do Setor de Cartografia e o número reduzido de servidores continua ocasionando demora na finalização das peças técnicas requisitadas pela Divisão de Obtenção. No entanto, houve alguma melhora na elaboração do planejamento das ações. A obtenção continua fornecendo as informações necessárias para que o Desenvolvimento e o Ordenamento consigam projetar custos, como para as ações de topografia e elaboração de PDA e PRA.

Neste quesito a limitação permanece sendo a disponibilidade orçamentária. Embora a Superintendência planeje e projete gastos em algumas ações, a ausência, às vezes completa, de recursos é o fator crucial para paralisação ou baixa execução de algumas atividades, como, por exemplo, a demarcação topográfica dos projetos de assentamento.

A elaboração dos estudos de capacidade e geração de renda passam, com o advento da Instrução Normativa 83/2015, a ser um instrumento de planejamento e avaliação, mas agora com caráter regionalizado, não mais individualizado por imóvel, exceto em casos previstos na norma. A superintendência de Alagoas está montando seu ECGR regionalizado, tendo como base as experiências de exploração bem sucedidas nos projetos de assentamento já existentes, bem como nos estudos realizados pela Embrapa que definiram o zoneamento agroecológico do estado. Estudo completo com definição das cadeias produtivas das regiões, tipologias de solo, entre outros.

A Divisão de Obtenção realizou seminário em 2015 para discutir as alternativas produtivas para os projetos de assentamento com base no novo fluxo de obtenção, no qual a Embrapa a apresentou o referido zoneamento agroecológico e um trabalho sobre manejo de solos.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

A Divisão continua realizando os descontos previstos para passivo ambiental nas vistorias, conforme manual de obtenção de terras; entretanto, é um valor descontado que não gera ou cria um

fundo para destinar esses valores.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

Conforme Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), o que confere a regularização ambiental dos Projetos de Assentamento é a sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Toda a documentação referente aos projetos de assentamento na jurisdição da superintendência regional do Incra em Alagoas, inclusive os shapes, necessária para inscrição no CAR, foi encaminhada a Universidade Federal de Lavras, órgão ao qual compete efetivar a inscrição.

Ainda não recebemos os respectivos recibos de inscrição. Os cadastros estão em fase de conferência dos itens preenchidos pela Universidade Federal de Lavras. Essa ação resultará na regularização ambiental de 99% dos PA's, excetuando apenas os PAs criados após o convênio. Os imóveis em fase de obtenção não necessitam mais da regularização ambiental, pois não há mais a licenças prévia. Ela continuou em vigência apenas em estados onde há legislação própria para o tema, o que não se aplica ao Estado de Alagoas.

A escassez de recursos e limitações de estrutura não possibilitaram a execução de nenhum projeto de recuperação ambiental de projeto de assentamento nem ações de educação ambiental. Diante desse quadro, no exercício de 2015 fizemos ações de gestão ambiental no sentido de atendimento a demandas da sala de cidadania e monitoramento ambiental em 21 projetos de assentamento e Educação Ambiental em 2. Não houve, no exercício 2015, nenhum projeto de assentamento que requeresse licenciamento ordinário. É imprescindível um maior aporte de recursos, incluindo custeio, para implementar ações extensivas de educação e gestão ambiental.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica à SR-22, pois sua jurisdição não se localiza na região amazônica.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Abrimos o processo administrativo nº **54360.000574/2015-11**, buscando acompanhamento e monitoramento desta demanda de registro de imóveis. Foi realizada uma reunião da Gestão com a presença do Setor de Planejamento, Procuradoria, Divisão Administrativa e Setor de Contabilidade da SR, na qual ficou traçado:

1. Elaborar uma Ordem de Serviços para andamento processual;
2. Elaborar um plano de ação (Obtenção e Setorial Contábil) para darmos andamento o lançamento destes KIT's ;
3. Projeção informada pela Chefa da Obtenção: 43 (Kits – 2016), 64 (Kits – 2017) e 64 (Kits – 2018),

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

A carência na oferta de novos imóveis para incorporação ao PNRA persiste, conforme já apontavam os diagnósticos elaborados pela Divisão de Obtenção. O grande percentual para execução da meta física da ação continua sendo concentrada na supervisão ocupacional de lotes, para destinação dos lotes que estariam ocupados irregularmente. A ação de supervisão ocupacional dos lotes está definida entre as atividades da Divisão de Desenvolvimento, mas, considerando o impacto direto na execução das metas físicas de assentamento de famílias, a Divisão de Obtenção vinha participando ativamente nas programações de viagens para vistoria de lotes e cadastros das famílias candidatas.

A meta física programada inicialmente era de 204 famílias. A meta física executada foi de 248 famílias assentadas, 121,57%. O avanço nas ações de supervisão foi fundamental para o cumprimento da meta física estabelecida. Apesar de cumprir a meta física, as dificuldades persistem: número reduzido de servidores e limitação nas viaturas (número insuficiente e frota com manutenção de alto custo).

O número apresentado pelas organizações sociais chega a um montante aproximado de 8.000 famílias acampadas. Entretanto, nem todos os movimentos apresentaram a demanda da maneira qualificada exigida pelo Incra, ou seja, não apresentam o nome completo, o CPF e o NIS do responsável pela unidade familiar. Apesar de ser uma ação que demanda um aporte de recursos financeiros significativo, o cadastramento total das famílias acampadas é considerada de extrema relevância pela Superintendência, pois possibilitará um melhor planejamento de diversas ações desenvolvidas (priorizar regiões para vistoria de imóveis, distribuição de cestas de alimento e lona, entre outras). Devido aos escassos recursos para essa atividade, não foi possível realizar a meta planejada para 2015 e ela foi reprogramada para 2016, com execução prevista para o primeiro semestre. O maior entrave para o início das atividades é a liberação orçamentária e financeira dos recursos necessários às atividades de campo.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Obtenção realiza reuniões de esclarecimento com seus servidores sobre os dados específicos com os quais trabalha e relativas à legislação que regula o acesso aos sistemas informatizados, como é o caso do SIPRA.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Não se aplica à SR-22, pois sua jurisdição não se localiza no interior da Amazônia Legal.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	FORMACAO E CAPACITACAO DE AGENTES DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - INCRA.	Agente formado	-	0	-	5.200,00	3.247,35	3.247,35	3.247,35	-
210S	BRASIL SEM MISERIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA	Famílias atendidas	-	-	-	938.929,00	938.929,00	467.615,39	389.156,44	471.313,61
210S	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA	Famílias atendidas	-	-	-	1.022.797,00	1.018.192,26	941.942,26	751.872,29	76.250,00
210S	TERRITORIOS DA CIDADANIA - ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA REFORMA AGRARIA	Famílias atendidas	-	-	-	4.082.190,00	4.082.190,00	2.001.638,52	1.460.126,59	2.080.551,48
210T	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO	Alunos concluintes	1.200	947	-	733.846,57	726.258,38	726.258,38	725.508,57	-

210W	BRASIL SEM MISERIA - DOCUMENTACAO DA TRABALHADORA RURAL	Documento emitido	-	1.690	-	207.496,55	193.715,84	186.284,22	184.880,87	7.431,62
211A	SUPERVISAO E FISCALIZACAO DA CONCESSAO DO CREDITO INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS DA REFORMA AGRARIA	Créditos	-	2088	-	102.518,00	93.770,50	93.770,50	90.757,72	-
211A	TITULACAO E DESTINACAO DE IMOVEIS RURais PARA A REFORMA AGRARIA	Imóveis	-	0	-	22.851,00	19.364,67	14.364,67	14.364,67	5.000,00
211A	REGULARIZACAO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRARIA	Famílias	-	1096	-	8.300,00	7.378,30	7.378,30	7.378,30	-
211A	IMPLANTACAO E RECUPERACAO DE INFRAESTRUTURA BASICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Famílias	-	0	-	61.006,50	50.795,79	50.795,79	184.880,87	-
211A	SUPERVISAO OCUPACIONAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	Lotes	-	104	-	34.147,55	33.558,46	33.558,46	30.046,31	-
211A	DEMARCACAO TOPOGRAFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Famílias	-	124	-	46.022,00	42.538,59	38.128,59	37.416,84	4.410,00

Análise

O planejamento das ações e a definição das estratégias de atuação no ano manteve-se na política central de desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos. As ações e programas da Divisão de Desenvolvimento tiveram sua centralidade em consonância com as mudanças ocorridas nos últimos anos da proposta governamental, priorizando o fortalecimento e desenvolvimento sustentável dos assentamentos já existentes, dotando-os de condições para produção e comercialização, de acesso aos serviços públicos essenciais, assistência técnica, moradia digna e a novas modalidades de crédito instalação. O objetivo central continua sendo ampliar as condições para que as famílias assentadas tenham autonomia e emancipação.

Para o cumprimento de seu papel dentro da missão institucional, a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos fortaleceu e intensificou suas ações prioritárias e fundamentais, quais sejam: articulação junto às prefeituras municipais para implantação e recuperação de infraestrutura básica (abertura e recuperação de estradas e acessos); articulação com governo do estado e a Secretaria de Recursos Hídricos para acesso dos PA's ao programa Água Para Todos; articulação e discussão com a Eletrobrás sobre a energia elétrica rural no projetos de assentamento por meio do Programa Luz Para Todos; titulação, concessão e destinação de imóveis rurais; supervisão ocupacional de lotes; concessão de créditos às famílias assentadas (Apoio Inicial I e Fomento Mulher), Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e educação no campo via PRONERA.

Nos últimos anos, mantivemos níveis satisfatórios de execução e cumprimento de metas, porém, no exercício de 2015, a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos enfrentou muitas dificuldades para execução dos programas e ações em virtude dos cortes orçamentários consecutivos, que fragilizaram por demais seu empenho, impactando no resultado das metas previstas para o exercício. Tão importante quanto obter imóveis e criar assentamentos é dotá-los de infraestrutura mínima para inseri-los no desenvolvimento econômico local.

Com a implantação do novo modelo de financiamento da Reforma Agrária e o fortalecimentos dos serviços de assistência técnica e extensão rural para as famílias assentadas, os projetos de assentamento passaram a ter um papel ainda mais relevante nos municípios. Esse novo processo pró-ativo e positivo cria novas demandas específicas, traduzidas em pressões por parte das famílias assentadas. O leque de programas e ações e seu

crescimento fazem surgir novas demandas derivadas, exercendo também uma forte pressão sobre a autarquia.

Se por um lado tal crescimento tem conseguido dar nova face à realidade dos assentamentos, também traz consequências ao processo de implementação qualificada desses programas, pois o investimento em recursos humanos e os recursos para custeio da máquina administrativa não acompanham essa nova realidade. A sobrecarga de trabalho é uma realidade constante dentro da autarquia, interferindo negativamente na qualidade da execução das atividades das áreas finalísticas. Diante desse cenário, reiteramos que se torna fundamental e imprescindível o acréscimo do corpo técnico do Incra em Alagoas, bem como a ampliação dos recursos de custeio (recursos para diárias, aquisição de combustíveis e locação de veículos), uma vez que as ações finalísticas e fiscalizadoras requerem deslocamentos frequentes de servidores às áreas reformadas. O somatório de ações comparado ao que se dispõe em termos de recursos humanos e apoio estrutural tem gerado uma equação desigual, que não fecha. A consequência é a realização de inúmeras tarefas sobrepostas, mas com um nível de qualidade inferior e questionável. Ainda assim, graças a um esforço conjunto da equipe, foi possível continuar superando as dificuldades que permanecem e apresentar índices consideráveis em termos de execução em algumas ações e programas.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos inovou na sua metodologia de trabalho para liberação e execução das modalidades de crédito instalação Apoio Inicial I e Fomento Mulher, quando conseguiu agregar e integrar as equipes técnicas de Crédito, Asseguradores de Assistência Técnica – ATER e Titulação. O resultado se observou no grande número de beneficiários/as com cadastros atualizados e, num curto espaço de tempo, inseridos no Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito Instalação – SNCCI, sistema esse que representa um grande avanço tecnológico e o atendendo das exigências dos órgãos de controle.

Quanto à estruturação da SR-22/AL, tanto física, técnica, administrativa e operacional, não houve avanço durante o exercício passado devido aos cortes continuados no custeio, agravando a falta de materiais básicos para o desenvolvimento das atividades, tais como : material de expediente, combustível, viaturas, diárias, computadores de mesa e notebooks, etc. Outro fator de suma importância tem sido a insuficiência da força de trabalho. Mesmo com a contratação de mão de obra terceirizada, a Divisão continua sofrendo de um estrangulamento laboral, sendo penalizada pela descontinuidade devido ao reduzido número

de servidores e à ampliação de atividades impostas pelos novos programas. A falta de apoio técnico administrativo nos remete à baixa produtividade e atinge a qualidade técnica na criação e alcance das metas estabelecidas.

Por fim, um severo agravante e comprometimento das ações finalísticas da Divisão de Desenvolvimento foi e continua sendo o sucateamento da frota de veículos da SR-22/AL, bem como o reduzido número de veículos, impactando consideravelmente os já escassos recursos orçamentários e financeiros das ações e programas. Diversas vezes, a Divisão cancelou programações decisivas de campo devido à falta de veículos, gerando descontinuidade nas ações e no cumprimento das metas.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

Com as mudanças da política geral do Incra, no tocante a parte de infraestrutura básica em projetos de assentamentos, a gestão estabeleceu como estratégia central as parcerias com as diversas instituições, focando em seu papel articulador no desenvolvimento dessa política. Assim sendo, a SR-22/AL, saiu de uma postura de centralidade na execução para uma posição de articulação e captação de parcerias governamentais e outras, com o intuito de fomentar as ações de implantação de infraestrutura básica nos projetos de assentamentos.

Nesse contexto, o Setor de Infraestrutura desenvolveu as seguintes atividades:

- 1) Levantamento e tratativas para pactuação de convênios de infraestrutura com os municípios de Água Branca e Belo Monte;
- 2) Levantamento de três obras realizadas pelo Município de Mata Grande (PA Vale do Surubim) referente a passivos de convênios antigos, firmado entre o INCRA/AL e a Prefeitura daquele município;
- 3) Levantamento de obras de abastecimento de água e distribuição de energia realizadas pelo Governo do Estado de Alagoas, por meio da sua Secretaria de Infraestrutura, em diversos PA's, distribuídos nos municípios de Maragogi, São Luís do Quitunde, Atalaia, Jacaré dos Homens, Girau do Ponciano, Traipú, São Miguel dos Milagres, Murici e Quebrangulo referente a passivos de convênios antigos, firmados entre o INCRA/SR-AL e o Governo do Estado de Alagoas;
- 4) Participação em capacitações referentes a convênios (SICONV) e no Curso de Estradas Vicinais;
- 5) Diálogo com diversos municípios quanto à correta utilização dos maquinários entregues às

prefeituras e referentes ao PAC II, para manutenção das estradas vicinais em diversos PA's.

- 6) Acompanhamento do Programa Luz Para Todos, do Ministério de Minas e Energia, tendo participação no Comitê Gestor do programa em Alagoas. Levantamento de demandas em projetos de assentamentos que ainda não possuem energia elétrica em sua totalidade;
- 7) Acompanhamento e monitoramento da construção das unidades habitacionais da Reserva Extrativista de Jequiá da Praia – RESEX;
- 8) Participação e acompanhamento no Comitê Gestor do Canal do Sertão em Alagoas;
- 9) Divulgação do PNHR/ PMCMV, distribuição de panfletos do programa, apresentação das regras do programa aos assentados. Fornecimento de RB's às Entidades Organizadoras para fins de apresentação de projetos do PNHR/ PMCMV junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil;

Os trabalhos para pactuação com os municípios de Água Branca e Belo Monte não produziram os convênios em virtude de cortes orçamentários e da retirada dos recursos orçamentários da SR-22/AL por parte do Incra antes da resolução das pendências burocráticas e legais por parte das Prefeituras junto ao SICONV.

Uma dificuldade decisiva enfrentada pelos assentados é acessar o Programa Nacional de Habitação Rural PNHR/Programa Minha Casa, Minha Vida devido ao contingenciamento orçamentário imposto ao programa ano a ano. Nesse contexto, as demandas de construção e recuperação de casas tem se acumulado, gerando uma insatisfação generalizada nos projetos de assentamento. A demanda habitacional é sobretudo em função da criação de assentamentos novos e de antigos que tiveram seus recursos recolhidos a partir da Portaria/INCRA/P/N: 352/ 2013.

A energia elétrica deverá ser atendida pelo programa Luz Para Todos. O Setor de Infraestrutura da SR-22 apenas acompanha e encaminha as demandas ao Comitê Gestor do programa. Em relação à questão de abastecimento de água para consumo humano e para produção agropecuária, estamos aguardando o avançar do Programa Água Para Todos, bem como os demais programas vinculados ao Canal do Sertão, que deverão contemplar diversos projetos de assentamentos, sobretudo quanto a implantação dos chamados quintais produtivos. Em relação às estradas vicinais, esclarecemos que o MDA repassou diversos equipamentos para manutenção e recuperação destas vias aos municípios, visando atender aos pequenos produtores e agricultores familiares.

O Setor de Infraestrutura vem trabalhando no diagnóstico e no levantamento de demandas de infraestrutura básica nos projetos de assentamentos, com previsão para criação já em 2016 de banco de projetos básicos atualizados. Esse banco agilizará as ações quando da futura disponibilização de recursos por parte do Incra ou outras instituições governamentais.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

A Divisão de Desenvolvimento estabeleceu sua estratégia de atuação no Exercício 2015 baseada nos diagnósticos feitos pelas empresas prestadoras de serviços de ATER, nos quais foram constatados casos emblemáticos de venda e arrendamento de lotes da reforma agrária. Realizamos um planejamento e estabelecemos critérios de prioridade para realizar o trabalho de supervisão e fiscalização ocupacional de 192 lotes em diversos municípios do Estado.

Inovamos na metodologia do trabalho. Envolvemos servidores do Setor de ATER e do Setor de Crédito para realizar supervisão e fiscalização de algumas áreas de assentamentos emblemáticas, possuidoras de denúncias graves de venda e arrendamento de lotes. Mesmo envolvendo outros setores, o trabalho continua prejudicado em virtude do número reduzido de servidores tanto para os trabalhos de campo como de escritório. A instrução processual tem sido um gargalo sério para o andamento célere dos trabalhos. Essa ação é de fundamental importância para o combate à venda e negociação de lotes na Reforma Agrária. Temos tido dificuldades ainda com o número reduzido de viaturas, tendo sido muitas vezes necessário cancelar programação por falta de carro.

Com todas as dificuldades, ainda assim conseguimos cumprir a meta de assentamento de famílias com o resultado das fiscalizações ocupacionais e regularização de 104 famílias que se enquadraram no perfil da Política Nacional de Reforma Agrária.

iv. Desenvolvimento das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento

1. Crédito Instalação

Com amparo na Portaria/INCRA/P/N:352/2013, a SR-22/AL reestabeleceu os recursos em 68% dos PA's que estavam com Crédito Instalação em execução. Destes, no Exercício de 2015, foram aplicados recursos na ordem de R\$ 2.051.500,00 (dois milhões cinquenta

e um mil e quinhentos reais), beneficiando cento e trinta e quatro (134) famílias nas modalidades a seguir referenciadas. Esse valor reflete a aplicação do Crédito Instalação da maioria dos recursos restabelecidos ainda em 2014.

DEMONSTRATIVO DE LIBERAÇÃO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO AMPARADOS PELA PORTARIA Nº 352/2013 – EXERCÍCIO 2015

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MODALIDADE	VALOR APLICADO R\$	Nº DE FAMÍLIAS	TOTAL R\$
PONTE DOS DIAS	AMC	R\$ 15.000,00	14	R\$ 210.000,00
GENIVALDO MOURA	AMC	R\$ 15.000,00	20	R\$ 300.000,00
CACHOEIRA POÇO DE PEDRAS	AMC	R\$ 25.000,00	50	R\$ 1.250.000,00
CARAMURU	AMC	R\$ 1.000,00	5	R\$ 5.000,00
SANTA CRUZ DO RIACHÃO	RECUPERAÇÃO	R\$ 6.000,00	7	R\$ 42.000,00
SERRANA	RECUPERAÇÃO	R\$ 6.000,00	16	R\$ 96.000,00
FLOR DO MUNDAÚ	RECUPERAÇÃO	R\$ 6.750,00	6	R\$ 40.500,00
NOVA ESPERANÇA	RECUPERAÇÃO	R\$ 6.750,00	14	R\$ 94.500,00
ELDORADO DOS CARAJÁS	RECUPERAÇÃO	R\$ 6.750,00	2	R\$ 13.500,00
TOTAL		R\$ 88.250,00	134	R\$ 2.051.500,00

O monitoramento e fiscalização dos projetos de assentamentos transcorreram de forma satisfatória, tendo se constatado que as obras foram concluídas. Na Reserva Extrativista Marinha Lagoa de Jequiá (RESEX), devido ao reduzido número de pedreiros mobilizados, as obras têm andado em ritmo lento. Ressaltamos que, no final do Exercício, o monitoramento foi prejudicado devido à falta de recursos orçamentários e financeiros para conclusão dos trabalhos.

Em 12 de novembro de 2015, o Conselho Diretor do Incra/Sede tornou pública a Resolução/INCRA/CD/N:49, que delegou competência para os Comitês de Decisão Regionais deliberarem sobre os desbloqueios ou não dos créditos e recursos especificados no Anexo da Portaria. A Divisão de Desenvolvimento analisará os respectivos processos administrativos e tomará as providências formais para que sejam viabilizados ou não a liberação de recursos financeiros no exercício de 2016.

Remissão do Crédito Instalação – Lei 13.001, de 20 de junho de 2014

A criação/implantação do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação – SNCCI - foi um avanço tecnológico de suma importância para viabilizar a remissão dos créditos com vistas ao ressarcimento ao erário dos recursos já

disponibilizados. Tal sistema também atende de forma favorável aos órgãos fiscalizadores que há muito aguardavam por tal instrumento de controle.

A tarefa é árdua e continuada até alcançarmos a alimentação do sistema com os dados, já que antes são necessários a realização das prestações de contas de todas as modalidades de crédito que estão em cada processo, a individualização do débito por beneficiário e por modalidade de crédito dos valores recebidos e o lançamento e/ou cancelamento no SIPRA dos contratos individuais. Após, é necessário criar uma mala direta, imprimir as informações declaratórias, inseri-las e instruir os processos individuais e, na sequência, lançar as remissões no sistema.

Em uma segunda etapa, é preciso informar ao Setor de Contabilidade de maneira detalhada os valores remidos para serem devidamente autorizados e publicados pelo INCRA-Sede. Finalmente, realizar a baixa contábil no sistema para lançamento no balanço anual.

Como se vê, trata-se de tarefa que implica significativo conhecimento administrativo, contábil e em informática, na qual será necessária dedicação e tempo do início ao fim do roteiro. Infelizmente, devido ao quadro técnico reduzido da Divisão de Desenvolvimento e, em especial, do Setor de Crédito, não logramos êxito da remissão do Crédito Instalação no Exercício de 2015.

Nota Técnica/DD/INCRA Nº: 03/2014 - Lei 13.001, de 20 de junho de 2014

Amparados pelos instrumentos acima especificados, a Divisão de Desenvolvimento focou as ações do Crédito Instalação em 2015 nas modalidades de Crédito Apoio Inicial I e Fomento Mulher. Os beneficiários que ainda não possuem sua unidade habitacional devem ser prioritários nessa gestão devido ao risco social e econômico em que se encontram. Nesse contexto e, num esforço conjunto das equipes de Crédito, asseguradores de Ater e Assistência Técnica, foram inseridos no SNCCI quatrocentos e vinte e seis (426)* beneficiários para receber o Apoio Inicial I, sendo que obtiveram recursos somente trezentos e vinte e seis (326), com R\$758.400,00 (setecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais) alocados em cartões, o que não foi suficiente para o cumprimento da meta.

(*) Att.: Modalidade AI1 inseridas no Módulo de Monitoramento até 23/10/2015 = 301 beneficiários

Quanto ao Fomento Mulher, é de suma importância para assegurar o desenvolvimento

socioeconômico das mulheres assentadas, bem como para resgatar a cidadania, a valorização pessoal e o desenvolvimento das atividades produtivas. Diante de tamanha importância social, essa modalidade é prioritária para a SR-22, e envidamos esforços de lançamento no SNCCI, durante todo o Exercício de 2015, no intuito de que os projetos produtivos fossem iniciados, mas, apesar das quinhentas e trinta e uma (531) mulheres lançadas no SNCCI, os recursos financeiros não foram alocados nos cartões até o final do ano, prejudicando o atingimento da meta estabelecida. Já que a demanda foi gerada, aguardamos a liberação de contratos no SNCCI e a alocação de recursos para que a modalidade seja efetivamente aplicada pela SR-22/AL.

SNCCI e Inconsistências

Quando da implantação de quaisquer ferramentas de informática, somente após seu manuseio efetivo é possível identificar “defeitos” e “qualidades” e construir propostas de correção e a melhoria. Com o SNCCI, não foi diferente. Um programa inicialmente criado para a cobrança foi adaptado também para a concessão do crédito, o que representou um avanço expressivo. Percebe-se que o programa está em evolução, mas as inconsistências apresentadas geram grande dificuldade na execução das ações.

A questão do banco de dados da Instituição Financeira que não é compatível com o SIPRA/SNCCI vem reduzindo de forma severa o número de beneficiários inseridos, gerando grande expectativa e frustração junto aos assentados e a inquietude dos movimentos de trabalhadores rurais. Será necessário priorizar a resolução de tais inconsistências para que possamos alcançar as metas. O Incra-Sede, por meio da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento criou um Grupo Técnico de Trabalho para tratar especificamente destas inconsistências do SNCCI, dialogar com as SR's e dar resolutividade nas questões.

Das metas

Quanto ao cumprimento das metas, a Divisão de Desenvolvimento/Setor de Crédito vem buscando ano a ano a conclusão da aplicação das antigas modalidades e o avanço na liberação das novas modalidades de crédito, mesmo diante do pequeno quadro técnico e da redução de recursos de custeio e investimentos que as Superintendências estão atravessando. Percebemos um descompasso entre as informações da WIKI-INCRA/SIR e o Caderno de Metas para o exercício de 2015. Notamos uma meta

superestimada para SR-22/AL em relação ao Crédito Instalação nas novas modalidades. Pretendemos que com o Plano de Gestão 2016 possamos ajustar a meta a um número condizente com nossa real capacidade de execução.

No Exercício do 2015, realizamos monitoramentos da ação para quinhentas e cinquenta (550) famílias. Para a efetiva aplicação de recursos, houve a fiscalização de duas mil e quarenta e quatro (2.044). Auxiliamos os assentados na construção de noventa e nove (99) unidades habitacionais e na recuperação cento e doze (112).

Agroindustrialização

No Exercício de 2015, houve a implantação de uma unidade de fabricação de farinha de mandioca no PA Santa Isabel, localizado no município de Girau do Ponciano / Alagoas. O referido projeto está sendo executado através de convênio nº CV-AL/ 1.000/2009, realizado entre o INCRA e o INSTITUTO NATURAGRO, tendo início de vigência em 23nov2009 e o fim, em 30dez2015 .

O desembolsado para atender a fase final do projeto foi no valor de R\$ 73.620,00, assim especificado: Concedente/R\$ 70.500,00 – Conveniente/R\$ 3.120,00. Estão sendo realizadas serviços de correção do projeto de engenharia no tocante à implantação da rede de alta tensão para atender aos maquinários e serviços de ampliação para descasque da mandioca. Está previsto para o final de março de 2016 a entrega da obra em caráter definitivo.

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

Para efetivar os objetivos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é fundamental a viabilização da assistência técnica e da extensão rural às famílias dos projetos de assentamento, para promover processos de gestão, produção e beneficiamento de produtos das atividades agrícolas e não agrícolas, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais, contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar, da diversificação da produção e do acesso às políticas, visando alcançar a sustentabilidade econômica e socioambiental.

A prestação da assistência técnica e da extensão rural às famílias assentadas deve ser de acordo com princípios e objetivos da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária), sendo necessária para isto a realização das seguintes ações: a) elaboração, aperfeiçoamento e implementação do plano de desenvolvimento ou de recuperação do assentamento, bem como dos projetos produtivos, sociais, ambientais e estruturantes dele decorrentes; b) capacitação das famílias assentadas e suas organizações visando à apropriação de conhecimentos para planejamento e gestão (social, econômica e ambiental), utilização e/ou adaptação de tecnologias apropriadas a produção sustentável; c) que contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e ao abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; d) que orientem a organização social dos assentamentos no sentido de criar, fortalecer e qualificar as associações e outras formas organizativas das famílias; e) de apoio ao planejamento, supervisão e articulação das ações de ATER prestadas às famílias; f) de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação dos trabalhos de assistência técnica.

Os serviços de ATER, cujos mecanismos são definidos na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, estão orientados para uma estratégia baseada no conhecimento da realidade local, na transferência de tecnologias e no atendimento às demandas sociais das famílias com inserção nas políticas públicas. Sua execução está sujeita a uma série de fatores previsíveis e imprevisíveis que determinam o ajustamento dos serviços prestados para a obtenção do objetivo planejado.

Na SR-22/AL o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural -ATER/AL conta com 06 (seis) contratos, firmados em janeiro/2013 e prorrogados até 12/08/2016, para o acompanhamento de 5.748 famílias regularmente homologadas na relação de beneficiários e com abrangência em 118 projetos assentamentos, localizados nos municípios de atuação da Superintendência Regional do INCRA em Alagoas – SR (22).

Da política de assistência técnica depende o acesso a várias outras, sejam municipais, estaduais ou federais. Elas são focadas no crédito, no beneficiamento ou na comercialização, a exemplo do PRONAF A e A/C, PRONAF Jovem, PRONAF

Semiárido, PRONAF Mulher, Terra Sol, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar, Novo Crédito de Instalação do INCRA, nas modalidades Fomento e Fomento Mulher.

A criação de novos projetos de assentamento torna necessária a inclusão de novos beneficiários para que sejam contemplados com todos os serviços que as demais famílias assistidas pelas ações de ATER receberam. Para garantir essa assistência técnica, foram pagos R\$ 8.361.828,72 (Oito milhões, trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos), conforme expõe o quadro abaixo.

Pagamentos Realizados 2015 - Contratos Vigentes

CHAMADA PÚBLICA Nº01/2012													
LOTE	EMPRESAS	JANERO	FE	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO		TOTAL
LOTE 01	PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS	43.136,91	48.305,08	22.794,84	54.122,50	61.123,10	79.725,88	100.224,70	52.147,54	0,00	0,00	0,00	451.583,35
LOTE 02	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	68.215,66	80.728,54	97.630,80	75.043,41	83.858,07	100.400,83	95.038,75	0,00	49.189,22	71.372,92	78.267,06	796.905,39
LOTE 03	INSTITUTO NATURAGRO	105.570,19	90.280,38	105.680,14	72.195,24	85.642,66	101.864,33	150.820,55	34.839,10	119.494,64	149.601,14	128.884,28	1.145.832,65
LOTE 04	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	77.524,28	92.037,69	140.040,49	106.895,74	123.789,33	169.074,97	250.151,49	18.496,50	66.458,98	103.563,32	107.183,59	1.257.216,88
LOTE 05	COOPERATIVA AGRÍCOLA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS COOATES	81.191,59	93.386,23	114.228,93	216.268,96	116.903,65	84.441,35	0,00	51.864,61	95.387,80	73.240,72	0,00	906.941,74
LOTE 07	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	75.934,21	127.791,25	135.285,75	150.696,27	140.474,39	138.156,10	160.413,77	0,00	86.801,41	176.378,68	112.113,36	1.303.946,19
TOTAL		451.575,87	522.519,17	616.669,95	677.102,02	801.791,70	673.723,36	756.649,26	187.367,75	417.332,05	574.156,78	426.448,29	5.885.326,29

CRONOGRAMA

Lote 01- Cronograma 15/2013- DISPENSA 45/2012

Lote 02- Cronograma 09/2013- DISPENSA 46/2012

Lote 03- Cronograma 10/2013- DISPENSA 47/2012

Lote 04- Cronograma 11/2013- DISPENSA 48/2012

Lote 05- Cronograma 13/2013- DISPENSA 49/2012

Lote 07- Cronograma 12/2013- DISPENSA 50/2012

Famílias atendidas / Chamada Pública de ATER

Nº	Nº do CONTRATO	CONTRATADA	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE PAs	Nº DE TÉCNICOS
1	1000/13	Pastoral da Terra de Alagoas	532	16	6
2	2000/13	Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares	664	14	8
3	3000/13	Instituto Naturagro	1.098	23	13
4	4000/13	Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares	1.080	22	14
5	5000/13	Cooperativa Agrícola de Assistência Técnica e Serviços- COOATES	1.194	27	14
6	6000/13	Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares	1.180	16	13
TOTAL			5748	118	68

Pagamentos Realizados 2015 / Contratos Vigentes

CHAMADA PUBLICA Nº01/2012

LOTE	EMPRESAS	JANEIRO	FE	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO		TOTAL
LOTE 01	PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS	43.136,91	48.305,08	22.794,64	54.122,50	51.123,10	79.725,68	100.224,70	52.147,54	0,00	0,00	0,00	451.583,35
LOTE 02	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	68.215,68	80.728,54	97.630,80	75.043,41	83.858,07	100.460,93	95.038,75	0,00	49.189,22	71.372,92	78.267,08	799.905,39
LOTE 03	INSTITUTO NATURAIS	105.570,19	90.280,38	108.660,14	72.165,24	86.642,06	101.864,35	150.820,55	34.828,10	119.494,64	149.601,14	128.884,28	1.145.832,65
LOTE 04	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	77.524,28	82.037,69	140.040,48	108.885,74	123.788,93	189.074,97	250.151,48	18.486,50	86.458,88	103.563,32	107.183,59	1.257.216,88
LOTE 05	OPERATIVA AGRÍCOLA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS-COOATE	81.191,56	83.388,23	114.226,93	216.268,86	116.503,65	84.441,35	0,00	51.894,61	95.387,80	73.240,72	0,00	926.941,74
LOTE 07	CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES-ZUMBI	75.934,21	127.781,25	135.286,75	150.608,27	140.474,38	138.158,10	180.413,77	0,00	96.601,41	178.378,88	112.113,38	1.303.948,19
TOTAL		451.575,87	532.519,17	616.658,65	677.102,02	601.791,70	673.723,36	756.648,26	157.387,75	417.332,06	574.156,78	426.448,28	5.895.326,20

CRONOGRAMA

Lote 01- Cronograma 15/2013- DISPENSA 45/2012

Lote 02- Cronograma 09/2013- DISPENSA 46/2012

Lote 03- Cronograma 10/2013- DISPENSA 47/2012

Lote 04- Cronograma 11/2013- DISPENSA 48/2012

Lote 05- Cronograma 13/2013- DISPENSA 49/2012

Lote 07- Cronograma 12/2013- DISPENSA 50/2012

Valores referentes à liberação de Pronaf A no ano de 2015

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ALAGOAS - SR 22		
AGÊNCIAS	CONTRATOS	PRONAF A
FAROL	92	1.500.000,00
MARAGOGI	32	841.639,00
RIO LARGO	12	300.000,00
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	8	136.000,00
MATA GRANDE	8	500.913,00
PALMEIRA DOS ÍNDIOS	11	271.000,00
UNIÃO DOS PALMARES	21	279.925,00
UNIÃO DOS PALMARES A/C	26	180.017,00
TOTAL PRONAF	210	4.009.494,00

Titulação

A Comissão de Asseguradores da ação de Titulação, constituída pela Ordem de Serviço INCRA/SR-22/AL/No: 003/ 2014, de 12 de fevereiro de 2014, realizou durante o período de janeiro a dezembro de 2015 os serviços de saneamento de processos e emissão de Contratos de Concessão de Uso – CCU's, cancelamentos de Contratos de Concessão de Uso - CCU e prorrogação dos Contratos de Concessão de Uso - CCU para os beneficiários assentados dos projetos de reforma agrária do Estado de Alagoas.

O saneamento dos processos tem como objetivo maior a verificação da documentação do assentado, através do seu processo individual, onde se observa e executa uma análise dos seus documentos pessoais, ou seja: carteira de identidade, CPF, certidão de casamento, certidão de óbito, certidão de divórcio e outros para a emissão do seu contrato de concessão de uso – CCU.

Abaixo, estão especificados os projetos de assentamentos do Exercício de 2015 (Janeiro a Dezembro) nos quais foram realizados os trabalhos de saneamento e emissão de CCU, prorrogação de CCU, cancelamento de Contratos de Concessão de Uso - CCU

CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO EMITIDOS NO ANO DE 2015

Projeto	Município	Ano	Quant.	TOTAL	Obs.:
Santa maria III	Maribondo	2015	06	06	
Curral de Fora	Mata Grande	2015	11	11	
Arapuá	Mata Grande	2015	08	08	
Pedra Branca	Campestre	2015	28	28	
Novo Horizonte	Joaquim Gomes	2015	11	11	
Ouricuri III	Atalaia	2015	03	03	
Quinta da Serra	Viçosa	2015	03	03	
Angico	Traipú	2015	07	07	
Itamaraty	Belo Monte	2015	03	03	
Filhos da Terra	Joaquim Gomes	2015	14	14	
Sonho Meu/Posto Agropecuário	Passo de Camaragibe	2015	05	05	
Nova Vida e Anexos	Japaratinga	2015	25	25	
São Pedro II	Atalaia	2015	32	32	
Duas Barras II	São Luiz de Quitunde	2015	02	02	

Bezerros	Delmiro Gouveia	2015	24	24	
Bom Destino	Cajueiro	2015	09	09	
Costa	Olho D'água do Casado	2015	21	21	
Angico	Traipú	2015	03	03	03.12.2015
Novo Horizonte/Pontes dos Dias	Penedo	2015	26	26	
Genivaldo Moura II	Craíbas	2015	02	02	
Roseli Nunes	Girau do Ponciano	2015	18	18	
Samambaia	Piranhas	2015	26	26	
Rendeira	Girau do Ponciano	2015	32	32	
Nova paz	Girau do Ponciano	2015	07	07	
Flor do Bosque	Messias	2015	04	04	
Genivaldo Moura	Delmiro Gouveia	2015	01	01	
Caramuru	Maragogi	2015	03	03	
Todos os Santos/ Chupete	Água Branca	2015	02	02	
Loango	Cajueiro	2015	02	02	
Oziel Alves/Aquidabam	Maragogi	2015	08	08	
Margarida Alves II /São Macário	Atalaia	2015	02	02	
Ouricuri III	Atalaia	2015	01	01	18.12.2015
Limão	União dos Palmares	2015	02	02	
Boa União	Porto Calvo	2015	10	10	
Vila São Pedro	Viçosa	2015	04	04	
Lago Azul/Nova Reforma	São Luiz do Quitunde	2015	01	01	
Jacobina III	Belo Monte	2015	02	02	
Jacobina IV	Belo Monte	2015	01	01	
Amor/Amor ou Piedade	São Luiz do Quitunde	2015	02	02	
Lagoa Comprida	Piranhas	2015	02	02	
São José dos Milagres	São Luiz do Quitunde	2015	01	01	
Dua Barras I	Flexeiras	2015	01	01	
Pedra Talhada	Joaquim Gomes	2015	01	01	
Irmã Doroty Stang/Lucena	Porto de Pedras	2015	02	02	
São Caetano	Joaquim Gomes	2015	01	01	
Olho Dágua	Olho D'água do Casado	2015	01	01	
Sebastião Gomes	Flexeiras	2015	06	06	

TOTAL DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO EXPEDIDO : 226
--

CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO CANCELADOS NO ANO DE 2015
--

Projeto	Município	Ano	Quant	Total	Obs.:
Flor do Bosque	Messias	2015	02	02	
Genivaldo Moura	Delmiro Gouveia	2015	09	09	
Caramuru	Maragogi	2015	03	03	
Todos os Santos/Chupete	Água Branca	2015	02	02	
Loango	Cajueiro	2015	03	03	
Oziel Alves/Aquidaban	Maragogi	2015	07	07	
São Macário	Atalaia	2015	04	04	
Limão	União dos Palmares	2015	03	03	
Boa União	Porto Calvo	2015	11	11	
Vila São Pedro	Viçosa	2015	04	04	
Bom Destino	Cajueiro	2015	02	02	
Lago Azul/Nova Reforma	Flexeiras	2015	04	04	
Jacobina I	Belo Monte	2015	03	03	
Jacobina II	Belo Monte	2015	01	01	
Jacobina III	Belo Monte	2015	02	02	
Jacobina IV	Belo Monte	2015	07	07	
Amor/ Amor ou Piedade	São Luiz de Quitunde	2015	03	03	
Lagoa Comprida	Piranhas	2015	02	02	
São José dos Milagres	Flexeiras	2015	01	01	
Duas Barras I	Flexeiras	2015	02	02	
Duas Barras II	São Luiz de Quitunde	2015	01	01	
Irmã Doroty Stang/lucena	Porto de Pedras	2015	01	01	
São Caetano	Joaquim Gomes	2015	01	01	
Guanabara	São Luiz de Quitunde	2015	01	01	

Olho D'água	Olho D'água do Casado	2015	01	01	
Bom Conselho	São Luiz de Quitunde	2015	01	01	
Sebastião Gomes	Flexeiras	2015	10	10	
Filhos da Terra	Joaquim Gomes	2015	01	01	
Padre Alexsander Guachi/Areias	Porto de Pedras	2015	01	01	
25 de Março/Faz Criação	Anadia	2015	01	01	
João Pedro Teixeira	Flexeiras	2015	01	01	
Pedra Cristalina	Flexeiras	2015	02	02	
Santa Fé II	Belo Monte	2015	01	01	
Riachão	São Luiz do Quitunde	2015	03	03	
Nova Vida/Poço de Antas	São Luiz do Quitunde	2015	07	07	
Genivaldo Moura II	Craíbas	2015	01	01	
Lagoa da Cachoeira	Piranhas	2015	01	01	
Triunfo	São Miguel dos Milagres	2015	01	01	
Margarida Alves/São Macário	Atalaia	2015	01	01	
Ouricuri III	Atalaia	2015	01	01	

TOTAL DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO CANCELADOS: 114

CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO PRORROGADOS NO ANO DE 2015.

Projeto	Município	Ano	Quant	Total	
Duas Barras II	São Luiz Quitunde	2015	02	02	
Duas Barras I	Flexeiras	2015	27	27	
Quinta da Serra	Viçosa	2015	33	33	
Guanabara	São Luiz Quitunde	2015	04	04	
Lago Azul/Nova Reforma	São Luiz do Quitunde	2015	44	44	

Pedra Cristalina/Pedra Grande	Maceió	2015	27	27	
Todos Os Santos/Chupete	Água Branca	2015	86	86	
Novo Horizonte Pontes dos Dias	Penedo	2015	23	23	
Genivaldo Moura	Delmiro Gouveia	2015	44	44	
Padre Emilio April/Gordo	União dos Palmares	2015	30	30	
Nova Vida/Poço de Antas	São Luiz do Quitunde	2015	75	75	
Lagoa da Cachoeira	Piranhas	2015	12	12	
Genivaldo Moura II	Craíbas	2015	15	15	
Sebastião Gomes	Flexeiras	2015	81	81	
Lagoa Comprida	Piranhas	2015	04	04	
Riacho Grande/Quixaba	Pão de Açúcar	2015	09	09	
Che Guevara/Ribeira I	Traipú	2015	06	06	
Pedra Talhada	Joaquim Gomes	2015	12	12	
Padre Alexsander Cauchi/Areias	Porto de Pedras	2015	34	34	
Triunfo	São Miguel dos Milagres	2015	18	18	

TOTAL DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRORROGADOS: 586

Durante o desenvolvimento dos trabalhos, detectamos algumas dificuldades que para realizarmos a ação de saneamento e emissão de CCU's.

- . Existem dificuldades para que o setor de Cadastro e Seleção de beneficiários feche as RB's, dificultando a emissão dos CCU's na sua totalidade;
- . A formalização do processo individual carece de maior atenção no recebimento dos documentos (RG , CPF, Certidão de Casamento, Certidão de divórcio e outros), visto que os mesmos frequentemente apresentam falhas, tais como: a data de nascimento do mesmo do beneficiário no CPF diverge da Carteira de Identidade;
- . A digitação dos cadastros, algumas vezes, apresenta incorreções no nome do assentado, na data nascimento, naturalidade, etc.;
- . Para os trabalhos nas áreas de assentamentos, necessitamos sempre de veículo traçado 4

x 4, dado o grau de dificuldade que os carros menos potentes têm para enfrentar os obstáculos, principalmente no período chuvoso;

. Como o processo de desapropriação de terras no Exercício de 2015 não evoluiu, o setor de Titulação conseguiu nesse período realizar um fechamento das demandas para praticamente 99% dos projetos. Desde a IN nº 30, de 24.02.2006, não entraram alguns projetos que estão com ocupação de movimentos sociais em disputa pela posse da terra.

Considerando a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30 , de 24 de fevereiro de 2006, e o procedimento administrativo para a transferência de domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em projetos de assentamento de reforma agrária em terras públicas de domínio do INCRA ou da União. Considerando, ainda, que para ter acesso aos créditos de Instalação (Apoio/Fomento e habitação), Crédito Fomento Mulher e PRONAF A, o beneficiário deverá estar devidamente identificado através do Contrato de Concessão de Uso - CCU's, o qual tem poder jurídico, visto que se trata de um contrato que envolve direitos e deveres das partes, sendo assinado pelo Superintendente, beneficiários(a) e testemunhas.

Sugerimos que os Contratos de Concessão de Uso (CCU's) sejam estendidos a todos os projetos de assentamento, na medida em que os Contratos de Assentamento e Termo de Compromisso assinados antes da INSTRUÇÃO NORMATIVA nº: 30 não têm valor jurídico algum, na medida em que muitos desses contratos não foram assinados pelos Superintendentes da época e pelos beneficiários. Como a orientação da SDTI favorece que a decisão poderá ser tomada pelo Superintendente para a emissão desses contratos para os assentamentos criados até 2006, seria uma boa proposta por parte da SR-22 que fossem tomadas medidas para resolver a situação na qual estão os beneficiários que necessitam de créditos do PRONAF A e em outros impedimentos, como no caso dos lotes transferidos para os novos beneficiários.

Questionamos o critério de que os Contratos de Concessão de Uso prorrogados não entram para a meta do exercício, pois todas as etapas para prorrogar um contrato são iguais às de Emissão (digitação do beneficiário um por um no SIPRA, impressão da relação para publicação no BS e carimbo de prorrogação por mais 5 anos no Contrato) ; a única diferença é

a entrega do Contrato. Se não efetuarmos esses passos, o Contrato de Concessão de Uso do beneficiário não terá validade.

Educação no campo

Meta	Resultado	Previsão
Implantar 60 turmas para alfabetizar e escolarizar até 1.200 pessoas jovens, adultas e idosas acampados e assentados.	60 turmas implantadas e 1.087 alunos inscritos.	Conclusão previsto para 20/11/2016

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

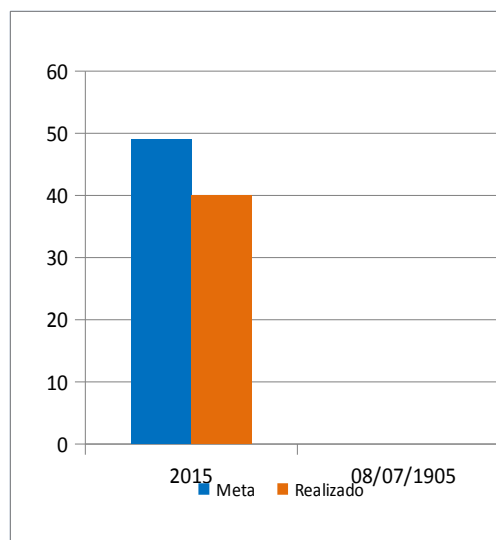
A Divisão efetiva reuniões frequentes e disponibiliza capacitações sobre os sistemas informatizados e as normativas referentes às ações que executa. Com o auxílio da Ouvidoria, os servidores da divisão fiscalizam, por exemplo, o cadastro de acampados e fazem um trabalho permanente de conferência dos dados inseridos no SIPRA. Procuramos respeitar escrupulosamente a legislação que faculta apenas aos servidores efetivos a prerrogativa de ter acesso às senhas dos sistemas. As portarias e normativas do INCRA são imediatamente comunicadas a todos funcionários e implementadas a partir de suas publicações, não havendo margem para um funcionamento de setores em desconformidade com as diretrizes da direção nacional.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
49,02	39,92	0,00

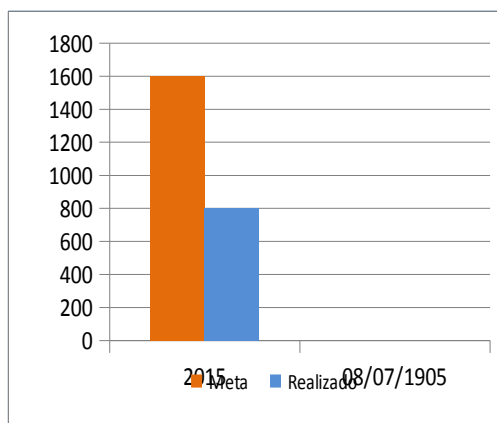
Memória de cálculo:

Índice: 2015: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (99 - Fonte:) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (248 - Fonte:) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (100 - Fonte:) dividido pela Meta de assentamento de famílias (204 - Fonte:) multiplicado por 100. 2016: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.



Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ¹
1600,00	800,00	
Fonte/Metodologia de amostragem: Pesquisa por amostragem realizada entre os dias 01/03/2016 e 15/03/2016 em 03 PAs		

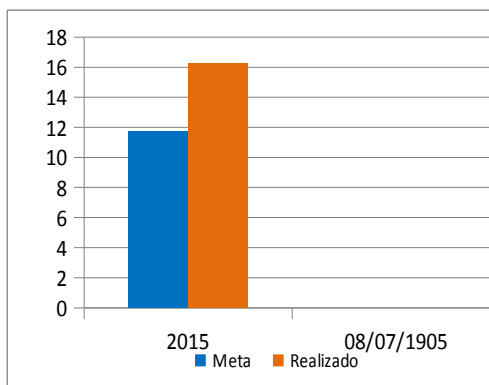
¹ Não existe parâmetro definido para as metas



Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
11,72	16,22	0,00

Memória de cálculo:

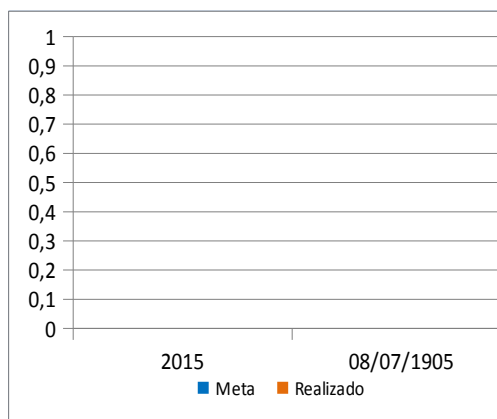
Realizado 2015: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (2044 - Fonte:) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (12600 - Fonte:) multiplicado por 100. Meta 2015: Meta Supervisão (1500 - Fonte:) dividido pela Meta de famílias assentadas (12804 - Fonte:) multiplicado por 100. 2016: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (12600 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) multiplicado por 100.



Índice de abrangência de capacitação (%)		
2015		2016
Meta ¹	Realizado	Meta ²
0,00	0,00	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.
 Previsão/meta: 2015: Meta capacitação () Fonte: , dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR () Fonte: 2016: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (0) Fonte:



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Sobre este item, é suficiente as informações e a análise já contidas no relatório sobre o Setor de Infraestrutura acima apresentado.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento

A SR-22 tem jurisdição no Estado de Alagoas, área do Nordeste e não do Sul e do Sudeste, as suas regiões focadas por esse item. Portanto, o item não se aplica à SR22.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Esse item não se aplica à SR-22, que não tem a área de sua jurisdição contida na Amazônia Legal.

4- Governança

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

A SR-22, como todas as superintendências do INCRA, não possui unidade de auditoria interna em seu organograma. Entretanto, a superintendente conta com o apoio ativo do Setor de Compatibilidade e da Procuradoria para analisar controlar os riscos legais, principalmente possíveis descumprimentos de procedimentos administrativos e desrespeito ao princípios da Administração Pública.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

A Superintendência garante seu alinhamento com o planejamento estratégico definido pelo INCRA-Sede por meio de um foco nas metas pactuadas e na hierarquia de prioridades escolhidas nacionalmente. Reuniões periódicas com os chefes de divisão e com os usuários da política de reforma agrária garantem o debate sobre os desvios de rota e a necessidade de readequações das táticas para a implantação da agenda planejada.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Para garantir a qualidade e a confiabilidade das informações utilizadas por suas equipes, a Superintendência procura alocar os servidores mais capacitados para operar os sistemas digitais, como o SIAFI e o SIPRA, e evita a distribuição de senhas para trabalhadores terceirizados, como prescreve a legislação sobre o tema.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Relacionamento com a sociedade

5.1- Canais de acesso do cidadão

A SR-22 não teve acesso às informações do INCRA-Sede relativas a esse item.

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2015

Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas
Denúnci		
Reclamação		
Sugestão		
Pergunta		

Características do acesso do cidadão à SR

Canais de acesso

Assuntos

Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1- Desempenho financeiro do exercício

RECEITAS 2014

RECEITAS	2014 Porcentagem	
RECURSOS ORDINÁRIOS – FONTE 0100000000	2.077.991,21	1874,44%
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA SE SÃO PAULO – FONTE 0100049101	116.690,00	105,26%
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRALS – INCRA – FONTE 0175220021	16.452,41	14,84%
CONT.IND.RURAL/ADIC.CONTRIB.PREVIDENC.-INCRA – 0176370002	7.443.760,25	6714,60%
RECEITAS DIRET.ARRECADADAS – INCRA-R.D.A.	547.189,03	493,59%
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA SE SÃO PAULO – FONTE 0100049101	6.000,00	5,41%
CONT.IND.RURAL/ADIC.CONTRIB.PREVIDENC.-INCRA – 0176370002	715.516,72	645,43%
CONT.IND.RURAL/ADIC.CONTRIB.PREVIDENC.-INCRA – 0176370002	160.310,84	144,61%
TOTAL	11.085.924,46	

DESPESAS 2014

DIÁRIAS – PESSOAL 748.447,33 - 1118,73%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 104.565,10 - 156,30%
MATERIAL DE CONSUMO 295.235,90 - 441,30%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF 185.928,90 - 277,91%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ 3.151.581,94 - 4710,79%
LOCAÇÃO DE MÃO OBRA 702.575,80 - 1050,17%
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 3.560,00 - 5,32%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 4.117,51 - 6,15%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ INTRA 14.334,64 - 21,43%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS – INTRA ORÇAMENTARIA 1.150,00 - 1,72%
CONTRIBUIÇÕES – PRONERA 1.465.861,50 - 2191,08%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 9.447,15 - 14,12%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 00,00 - 0,00%
AUXILIO FUNERAL E NATALIDADE 3.332,03 - 4,98%
TOTAL 6.690.137,8

RECEITAS 2015

RECURSOS ORDINÁRIOS – FONTE 0100000000	3.508.399,24	356,54%
TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS – FONTE 0175220021	21.000,00	2,13%
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – FONTE 0176370002	6.310.485,41	641,31%
TOTAL	9.839.884,65	

DESPESAS 2015

DESPESAS 2015 - Porcentagem
DIÁRIAS – PESSOAL 652.696,63 - 110,87%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 53.079,00 - 9,01%
MATERIAL DE CONSUMO 51.275,00 - 8,70%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF 205.194,07 - 34,85%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ 2.948.206,39 – 500,80%
LOCAÇÃO DE MÃO OBRA 1.279.435,05 - 217,33%
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 2.566,68 - 0,43%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ INTRA 2.809,61 – 0,47%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS – INTRA ORÇAMENTARIA 927,00 - 0,15%
CONTRIBUIÇÕES – PRONERA 681.840,00 - 116,33%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 00,00 0,00%
AUXILIO FUNERAL E NATALIDADE 8.902,28 - 1,51%
TOTAL 5.886.931,73

6.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

6.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

6.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 121110301 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Entretanto, em 26 de dezembro de 2013 foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão. Com isso tornou-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos.

Segundo dispõe os artigos 1º a 6º da referida MP, hoje convertida na Lei 13.001/14, fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013. Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao desenvolvimento do **Módulo Cobrança do SNNCI**, o qual já encontra-se concluso desde setembro/2014 (com exceção da parte relativa a renegociação do crédito em virtude da falta da regulamentação prevista na MP 636/2013, convertida na Lei 13.001/2014).

Por meio do Módulo Cobrança será possível emitir todas as guias de recolhimentos (GRU Cobrança), bem como gerar os relatórios de remissão dos débitos alcançados pelos diplomas legais citados no parágrafo anterior. Além disto, permitirá evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta

Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes.

Ressalte-se, inclusive, que no dia 23 de outubro de 2014, às 10hs, foi realizada videoconferência nas dependências da CGU em Brasília, onde foi apresentado o SNNCI (Módulos Cadastro e Cobrança), a qual contou com a participação das representações da CGU nos Estados, sendo franqueado após a apresentação o envio de perguntas, as quais foram prontamente respondidas pelos representantes do INCRA.

Crédito Antigo - Lei 13.001/2014

Foram realizadas durante o período de fevereiro a dezembro de 2014, 16 Oficinas-Pólo nas SR-01/BL; SR-02/CE; SR-03/PE; SR-05/BA; SR-06/MG; SR-08/SP; SR-09/PR; SR-11/RS; SR-12/MA; SR-13/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-27/MBA; SR-28/DFE; SR-30/ STA; SEDE e estas contaram inclusive com a participação de servidores de outras Regionais que não sediaram Oficinas.

As Oficinas - Polo tiveram os seguintes objetivos:

- a) aplicar/desenvolver aprimorar uma metodologia visando o saneamento simplificado dos Processos Individuais (PI), extraindo dados e informações dos Processos de Concessão (PC) do Crédito Instalação, para identificar os beneficiários que foram remitidos pela MP636/2013 e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida
- b) cadastrar os beneficiários das diversas modalidades do Crédito Instalação, no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação - SNCCI;
- c) orientar sobre os procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP;
- d) capacitar os técnicos das Regionais que trabalham com a concessão do Crédito Instalação sobre os trabalhos objeto da Oficina, bem como torná-los multiplicadores, assegurando assim a continuidade ou realização do trabalho nas Superintendências. Observamos que

os beneficiários remitidos e os que poderão requerer renegociação ou liquidação de dívida, que neste caso (renegociação) deverão aguardar a publicação de Decreto que regulamentará a MP/Nº 636/13).

As Oficinas-Pólo das SR-05/BA; SR-06/MG; SR-12/MA; SR(13)/MT; SR-15/AM, SR-18/PB; SR-30/ STA e SEDE contaram também com a participação de representantes da Diretoria de Gestão Administrativa que prestaram orientações quanto aos procedimentos contábeis com a finalidade de realizar a baixa contábil na conta 121110301 - empréstimos concedidos, conforme previsto no "Art. 6º da citada MP.

Via Memorando Circular/DD/Nº 237/2014 foram prestadas orientações quanto aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, visando os saneamentos dos processos individuais, cadastramentos no Sistema SNCCI, gerar relação de remitidos e de baixa contábil, dentre outros. Importante ressaltar que no decorrer da realização das Oficinas o Sistema SNCCI disponibilizou funcionalidade para gerar relação de remitidos e de baixa contábil.

Crédito Novo - Decreto 8.256/2014:

Com o intuito de ampliar as ações de qualificação para a concessão dos novos Créditos Instalação, via SNCCI, o INCRA com apoio do MDA - SECEX e DPMTR realizou em 2015 Oficinas Regionais de Capacitação de servidores do INCRA que atuam na área de crédito.

O processo de capacitação envolveu também servidores das demais áreas com interface com o crédito, como Ates e CCU, visando o entendimento mais profundo dos atuais instrumentos de concessão. Também participaram das oficinas técnicos que atuam no SIPRA, já que este Sistema contém a base de dados que permite exportar informações cadastrais para o SNCCI, além de ser fonte de consulta para atender exigências legais dispostas no Decreto n. 8.256/2014, para a concessão dos novos Créditos Instalação.

Foram realizadas 15 (quinze) oficinas, contemplando todas as regiões do país, com a participação de técnicos do Incra, das prestadoras de Ates e representantes dos movimentos sociais, totalizando 458 participantes, 28 Superintendências Regionais e 13.919 cadastros de beneficiários, nas modalidades Fomento Mulher e Apoio Inicial I, enviados para o Banco do Brasil.

O módulo Concessão do Crédito Novo do SNCCI foi homologado em agosto de 2014 e as primeiras remessas de arquivos de cadastro e de crédito para o Banco do Brasil foram realizadas pelo INCRA Sede. Somente em 2015 o módulo foi disponibilizado para os usuários nas Superintendências Regionais. Entretanto, evoluções continuaram sendo implementadas, algumas indispensáveis para o aprimoramento do Sistema.

No exercício de 2015 foram emitidos 28.553 cartões da modalidade Apoio Inicial I e 23.647, da modalidade Fomento Mulher. Foram concedidas 10.218 operações do Apoio Inicial I, totalizando R\$ 24.523.200,00 e 6.948 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 20.844.000,00.

1. Saneamento processual, conforme Memorando DA/DD/PFE 378/2013 (crédito antigo):

- 1.1 Verificação de todos os créditos concedidos aos assentados (contratos, recibos, notas fiscais e/ou documentos que comprovem o efetivo recebimento pelo beneficiário);
- 1.2 Emissão de informação declaratória e juntada aos autos do Processo Individual do beneficiário;
- 1.3 Cadastramento de todos os créditos concedidos no SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (em andamento e finalizados);
- 1.4 Conferência dos registros lançados no sistema por meio do relatório de conferência que está disponível no menu RELATÓRIOS GERENCIAIS.
- 1.5 Após digitação, conferência e ajuste, se necessário, deve-se encerrar o cadastro de créditos recebidos pelo beneficiário por meio da funcionalidade Encerrar Cadastro de Modalidades do Crédito Antigo.

2. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação foi inclusa conjuntamente com os valores do título atentamos o seguinte:

O SNCCI já está apto ao registro de créditos cuja cobrança tenha sido inclusa nos títulos. 2.1.1 Se todos os créditos foram inclusos no título e todas as parcelas foram devidamente pagas (ainda que não cadastradas no SNCCI), não há que se falar em cobrança ou remissão, pois houve a liquidação dos débitos pelo beneficiário. Entretanto, o cadastro no SNCCI deve ser feito para fins de registro e verificação pelos Órgãos de Controle. Além disto, o sistema permite que sejam anexados documentos no registro do

crédito cuja a cobrança foi inclusa no título.

- 2.1.2 Independentemente de qualquer modalidade de crédito ter sido inclusa ou não no valor do título, todos os créditos concedidos devem ser cadastrados no SNCCI, para fins de confirmação, se o valor total originalmente recebido pelo beneficiário, não ultrapassa o montante de R\$ 10.000,00, conforme dispõe o art. 3º da MP nº 636/2013.

3. No caso dos contratos cuja cobrança do crédito instalação não foi inclusa conjuntamente com os valores do título ou cuja parcela ainda não foi titulada, deve-se observar o seguinte:

- 3.1 Seguir o disposto no item 1. Saneamento processual anteriormente descrito;
- 3.2 Sendo verificado que o beneficiário tem direito à remissão de sua dívida, o sistema disponibiliza relatório contendo a relação dos créditos remitidos.
- 3.3 Na hipótese do beneficiário não ter direito à remissão, ou ainda quando os créditos não estão sujeitos à remissão, será disponibilizado futuramente funcionalidade no SNCCI visando a renegociação dos débitos, cuja previsão para implementação depende da edição de decreto regulamentador.

4. Remissão das dívidas

- 4.1 As hipóteses de remissão estão definidas no caput do art. 3º, Parágrafo 1º da MP nº 636/2013:

“Art. 3º Ficam remitidos os créditos de instalação concedidos a assentados da reforma agrária com fundamento no inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 1964, e no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 1993, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, cujos valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

§ 1º Os créditos previstos neste artigo excluem os das modalidades de que trata o § 1º do art. 1º e incluem todos aqueles realizados ao amparo do Programa de Crédito Implantação e Crédito de Instalação às famílias assentadas, sob as modalidades de:

I - Crédito para Apoio;

II - Apoio Inicial;
III - Alimentação;
IV - Insumos;
V - Apoio à Instalação;
VI - Apoio Mulher;
VII - Fomento;
VIII - Adicional Fomento;
IX - Crédito Emergencial;
X - Semi-Árido;
XI - Adicional de Semi-Árido;
XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e
XIII - Crédito Ambiental.”

5. Renegociação (parcelamento ou quitação integral) das dívidas

5.1. Na hipótese da soma dos créditos constantes do Paragrafo 1º do art. 3º da MP nº 636/2013 ultrapassar o montante de R\$ 10.000,00, deve ser observado o disposto no Parágrafo 2º A 6º e respectivos incisos, do art. 3º da referida MP:

“§ 2º Os créditos de instalação cuja soma dos valores originalmente concedidos seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano a partir da data da concessão de cada crédito até a data da liquidação ou da formalização da renegociação, observadas as seguintes condições:

- liquidação: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor total, acrescido de desconto de valor fixo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a soma do rebate e do desconto de valor fixo; e

II-renegociação: na forma definida no regulamento, inclusive com a concessão de bônus de adimplência.

§ 3º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, quando se tratar de créditos coletivos ou grupais, os valores serão apurados pelo resultado da divisão do valor originalmente concedido pelo número de pessoas beneficiadas com o crédito.

§ 4º A opção pela liquidação ou pela renegociação implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos e não importará a devolução de valores aos beneficiários.

§ 5º A remissão de que trata este artigo não importará a devolução de valores aos

beneficiários.

§ 6º O regulamento estabelecerá termos, condições, bônus de adimplência, prazos e procedimentos simplificados para o cumprimento do disposto neste artigo.”

5.2 Os valores relativos aos créditos constantes do Parágrafo 1º do art. 1º da MP nº 636/2013, não estão sujeitos à remissão, portanto, deverão ser pagos na forma dos Parágrafos 2º a 8º e regulamentação complementar a ser editada posteriormente pela autoridade competente.

“Art. 1º Os créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até a data de publicação desta Medida Provisória, destinados à construção, à ampliação ou à reforma de habitação, efetivados por meio de crédito de instalação de que trata o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de assistência financeira de que trata o inciso VI do caput do art. 73 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º O disposto neste artigo alcança as seguintes modalidades de créditos concedidas pelo INCRA para fins de construção ou reforma de unidade habitacional rural:

I - Crédito de Habitação;

II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e

III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

§ 2º Os valores concedidos, descontadas as eventuais amortizações, devem ser atualizados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano desde a data da concessão até a data da formalização.

§ 3º Para efeito de enquadramento dos créditos nas condições de pagamento do PNHR, será considerado exclusivamente o valor contratado, atualizado na forma do § 2º, conforme as faixas estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, não sendo aplicáveis os limites e faixas de renda de que trata o § 3º do art. 13 da Lei nº 11.977, de 2009.

§ 4º A adesão ao benefício para liquidação de que trata o caput implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos relativos aos valores apurados nos termos deste artigo.

§ 5º A gestão dos créditos de que trata o caput permanecerá sob responsabilidade do INCRA, que poderá contratar instituição financeira federal para a sua operacionalização.

§ 6º As condições de liquidação de que trata este artigo aplicam-se ao herdeiro legítimo, desde que resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

§ 7º As condições de pagamento previstas no caput beneficiarão o ocupante atual do lote de reforma agrária, no caso de substituição de beneficiário na forma estabelecida em regulamento, após a devida exclusão do candidato desligado do programa.

§ 8º O regulamento a que se refere o caput estabelecerá termos, condições, prazos, rebates para liquidação.

6· Sobre os Saldos:

No exercício de 2015, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01 – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 103.751.341,07, representando uma redução de R\$ 43.689.869,51, em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 147.441,210,68. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

Devido as mudanças trazidas pela nova legislação, entendemos, salvo melhor juízo, que não cabe mais apontar saldo vencido de créditos antigos, já que o normativo dá aos assentados nova condição, sendo fundamental darmos prosseguimento os procedimentos de remissão, para destacarmos a parcela passível de pagamento, mediante procedimentos de liquidação ou renegociação, os quais somente serão possíveis de realizar após a regulamentação da Lei 13.001/2014.

7· Sobre o tratamento da inadimplência:

Conforme previsão do Art. 5º da MP 636, aplica-se o disposto no art. 2º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, às obrigações não regularizadas decorrentes de créditos de instalação (antigo) concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, sem prejuízo de outras sanções definidas em regulamento. Desta forma, após os

procedimentos de remissão, liquidação e renegociação previsto no marco legal, os beneficiários que não forem remetidos e que não aderirem aos procedimentos necessários terão os encaminhamentos dados conforme disposto acima.

Em relação aos créditos novos, as primeiras parcelas venceram em janeiro/2016. Portanto, não temos por enquanto como falar em quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980, bem como em quantidades de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.

8• Sobre a evidenciação contábil:

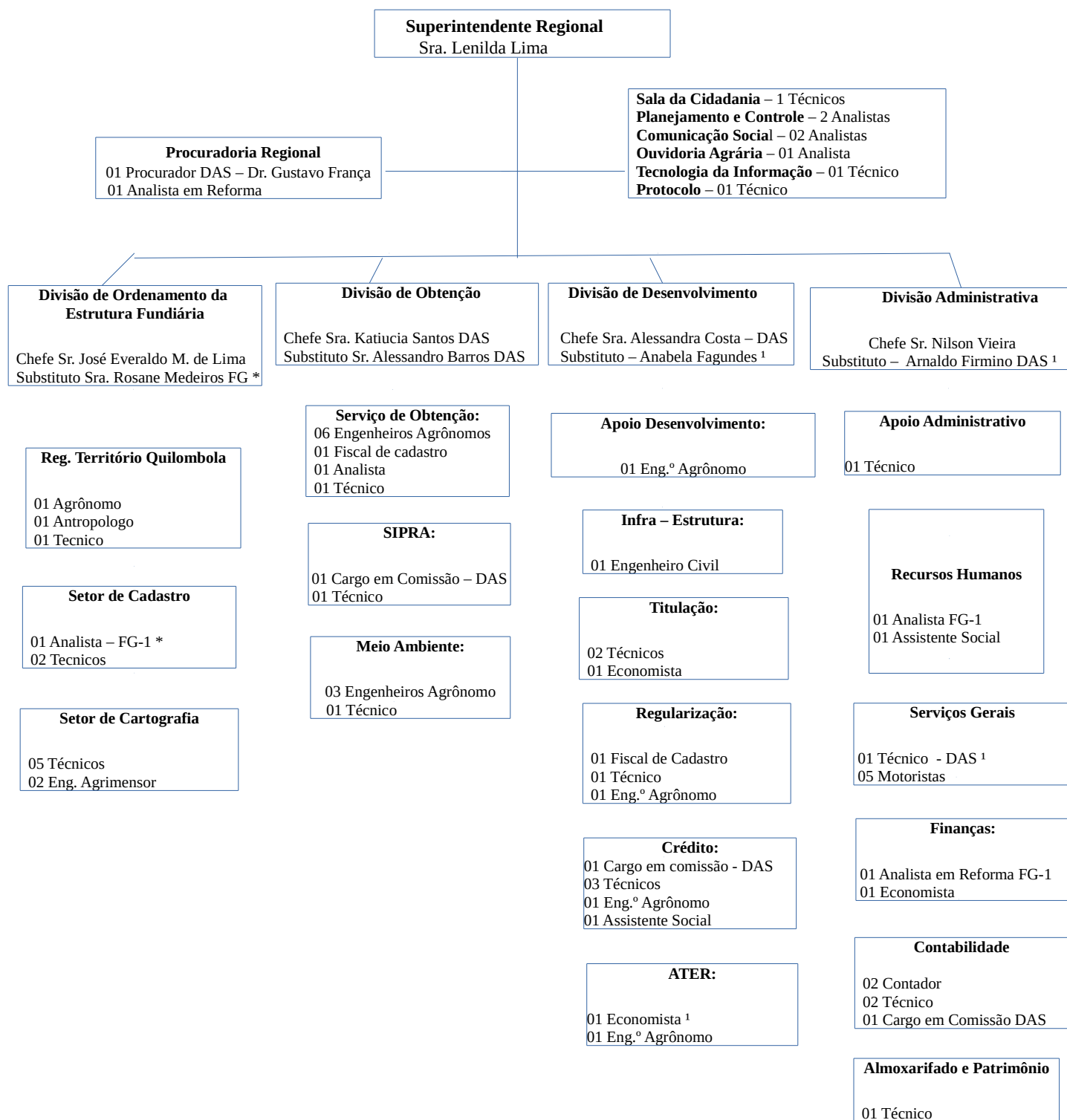
A partir da edição da MP 636/2013 não é possível até o momento realizar a qualificação do crédito antigo quanto as perspectivas de efetivo recebimento, assim como ações decorrentes desta atividade, pelos motivos já descritos anteriormente. Em relação ao crédito novo, os primeiros recebimentos ocorreram em Janeiro/2016, cuja arrecadação foi feita por meio da emissão de GRU Cobrança emitida pelo SNCCI.

Por fim, considerando que segundo estimativas preliminares boa parte do saldo da conta de empréstimos concedidos (crédito antigo) será baixada decorrente da remissão e/ou recolhimento dos saldos e ainda que somente após a edição de norma regulamentadora sobre a renegociação das dívidas e alimentação do SNCCI será possível iniciar o processo de cobrança dos créditos não remíveis, não é possível, ao menos por enquanto, estimar e contabilizar a provisão para devedores duvidosos.

7- Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão de pessoas

7.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

Na SR-22/AL, temos atualmente 68 servidores efetivos e 07 cargos em comissão. Dos 68 servidores, 13 gozam do Abono de Permanência. Ou seja, 19% dos servidores já preencheram os requisitos para aposentadoria. E alguns ainda esperam nomeação em outros concursos. Há escassez de cargos essenciais para o funcionamento da SR, como Analista Administrativo (não temos nenhum) e Técnico Administrativo (só temos 02).

Ressaltamos que a insatisfação e falta de motivação é geral, muito em decorrência da defasagem salarial, o que leva os servidores mais jovens a continuarem estudando para outros concursos. O número servidores é reduzido, fato que tem uma clara tendência a piorar devido à iminente aposentadoria de servidores. Frequentemente, vemos servidores sobrecarregados com a demanda de serviço. Considerando a realidade atual, a distribuição dos servidores está otimizada, levando em conta o que é considerado prioritário.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Considerando as restrições orçamentárias do Governo Federal, que impactou diretamente nas Ações de Capacitação dos Servidores Públicos Federais, priorizamos as capacitações no município da SR-22/AL, evitando assim despesas com diárias e passagens. No entanto, Alagoas não é um Estado com oferta ampla de cursos de capacitação, o que muitas vezes dificulta a realização de capacitações consideradas importantes.

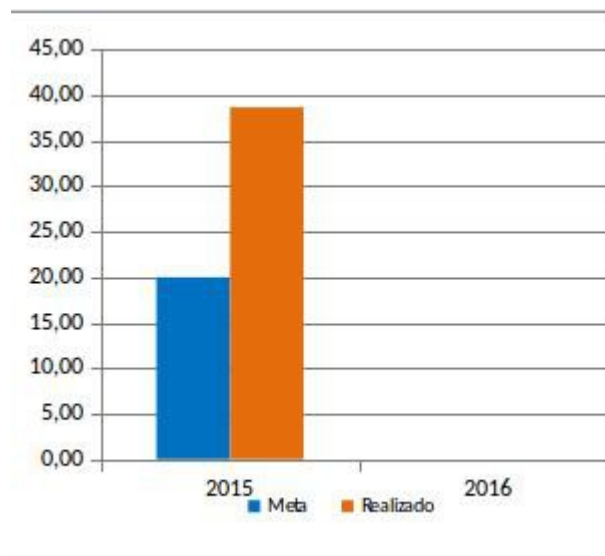
Atualmente, a capacitação é realizada com a descentralização de recursos pelo INCRA sede, que foi de R\$ 20.000,00 para 2015. O que nos dá uma média de R\$ 266,00/servidor. Diante de tal cenário, ainda conseguimos capacitar 29 servidores, ou seja, 38,6% de servidores foram capacitados na SR-22/AL. Verificamos também que a procura por capacitação é maior nas Divisões de Administração (Contabilidade e Finanças) e na Divisão de Ordenamento (Cartografia e Quilombolas).

Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2015		2016
Meta¹	Realizado	Meta²
20,00	38,67	0,00

Memória de cálculo:

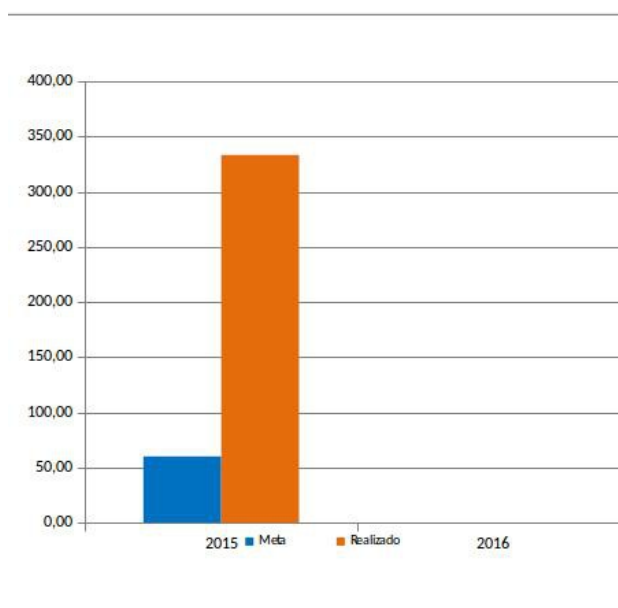
Índice 2015: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (29 - Fonte:) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (75 - Fonte:) multiplicado por 100.
Previsão/meta: 2015: Meta capacitação (15) Fonte: , dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (75) Fonte: 2016: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de metas 2016 ainda não publicado, dividido pela quantidade de servidores na jurisdição da SR (75) Fonte:



Índice de horas de capacitação (%)		
2015		2016
Meta	Realizado	Meta
60,00	333,33	0,00

Memória de cálculo:

Índice 2015: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (250 - Fonte:) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (75 - Fonte:)
Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<u>ACÓRDÃO Nº 7736/2015 - TCU – 1ª Câmara</u>	a	Descumprimento da Portaria Incra 352/2013 no restabelecimento do crédito instalação para projetos de assentamento da SR-22	De acordo com a informação da Chefe do Desenvolvimento é que foi realizado uma reunião da Divisão de Desenvolvimento e informaram que foram iniciadas o cumprimento da Portaria Incra 352/2013 no que se refere ao restabelecimento do crédito instalação para projetos de assentamento da SR-22;
<u>ACÓRDÃO Nº 7736/2015 - TCU – 1ª Câmara</u>	b	Ausência de registro dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária em contas contábeis específicas, em descumprimento ao item 9.2.6 do acórdão 557/2004-TCU-Plenário;	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000574/2015-11 , buscando acompanhamento e monitoramento desta demanda. Assim, foi realizado uma reunião entre a Gestão com a presença do Setor de Planejamento, Procuradoria, Divisão Administrativa e Setor de Contabilidade da SR em que ficou traçado: I. Elaborar uma Ordem de Serviços para andamento processual; II. Elaborar um plano de ação (Obtenção e Setorial Contábil) para darmos andamento o lançamento destes KIT's, III. Projeção informada pela Chefe da Obtenção: 43 (Kits – 2016), 64 (Kits – 2017) e 64 (Kits – 2018),
<u>ACÓRDÃO Nº 7736/2015 - TCU – 1ª Câmara</u>	c	Ausência de cronograma para levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados para fins de reforma agrária no exercício e nos anos anteriores, conforme prevê o item 6.2 do anexo II, parte C, da Decisão Normativa TCU 127/2013.	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000574/2015-11 , buscando acompanhamento e monitoramento desta demanda. Assim, foi realizado uma reunião entre a Gestão com a presença do Setor de Planejamento, Procuradoria, Divisão Administrativa e Setor de Contabilidade da SR em que ficou traçado: I. Elaborar uma Ordem de Serviços para andamento processual; II. Elaborar um plano de ação (Obtenção e Setorial Contábil) para darmos andamento o lançamento destes KIT's, III. Projeção informada pela Chefe da Obtenção: 43 (Kits – 2016), 64 (Kits – 2017) e 64 (Kits – 2018),
<u>ACÓRDÃO Nº 221/2014 - TCU – 1ª Câmara</u>	1.7.1.1	1.7.1.1. adote as medidas cabíveis, no âmbito do procedimento administrativo disciplinar, caso comprovada a responsabilidade de agente público por descumprimento de procedimento	O Incra adotou as medidas cabíveis, instaurando Processo administrativo disciplinar que encontra-se em fase final de julgamento (processo n.º <u>54000.001176/2012-50</u>). O processo foi analisado pelo Incra e encaminhado ao Ministério do

		regulamentar no processo de aquisição do imóvel rural “Matas de Gajuru”, inclusive instaurando a devida tomada de contas especial, se verificada a ocorrência de dano ao erário;	Desenvolvimento Agrário, onde está em análise na CONJUR, para posterior julgamento pelo Ministro do MDA.
<u>ACÓRDÃO Nº 221/2014 - TCU – 1ª Câmara</u>	1.7.1.1	Faça constar, dos próximos relatórios de gestão anuais do Incra/AL, registro específico sobre o andamento das ações judiciais e do processo administrativo disciplinar que tratam da desapropriação da Fazenda Matas do Gajuru, até o seu total deslinde;	As ações judiciais instauradas estão em curso, ainda sem o trânsito em julgado, bem como, o processos administrativos disciplinar está em fase de julgamento. Seguem os relatórios de andamento das ações judiciais de n.º 0005929-11.2011.4.05.8000 e 0000459-62.2012.4.05.8000. Uma vez concluídos os processos, o Incra atenderá às determinações do Tribunal de Contas da União.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 35	Execução dos serviços das pontes objetos do Contrato CRT/AL nº 13.000/2010 realizada sem o projeto revisado, comprometendo a solidez e segurança da obra.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 38	Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/2.000/2008 (Siafi nº 625737) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 em que dispõe sobre a Elaboração, análise e aprovação e encaminhamento, referente ao plano de ação dos convênios da SR – 22 (Alagoas) e também, resposta ao e Memo. n.º 056/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO, alusivo Revisão do PPP¹. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 40	Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/3.000/2008 (Siafi nº 629081) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 em que dispõe sobre a Elaboração, análise e aprovação e encaminhamento, referente ao plano de ação dos convênios da SR – 22 (Alagoas) e também, resposta ao e Memo. n.º 056/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO, alusivo Revisão do PPP. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 41	Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/4.000/2008 (Siafi nº 629133) a despeito das	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 em que dispõe sobre a Elaboração, análise e

1 PPP – Plano de Providência Permanente da CGU/AL

		impropriedades em sua execução e prestação de contas.	aprovação e encaminhamento, referente ao plano de ação dos convênios da SR – 22 (Alagoas) e também, resposta ao e Memo. n. ° 056/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO, alusivo Revisão do PPP. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 42	Liberação de parcelas dos recursos do Convênio nº CV/AL/5.000/2008 (Siafi nº 631688) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 em que dispõe sobre a Elaboração, análise e aprovação e encaminhamento, referente ao plano de ação dos convênios da SR – 22 (Alagoas) e também, resposta ao e Memo. n. ° 056/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO, alusivo Revisão do PPP. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 43	Liberação de parcelas, no montante de R\$ 853.190,40, dos recursos do Convênio nº CV/AL/6.000/2008 (Siafi nº 631689) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 em que dispõe sobre a Elaboração, análise e aprovação e encaminhamento, referente ao plano de ação dos convênios da SR – 22 (Alagoas) e também, resposta ao e Memo. n. ° 056/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO, alusivo Revisão do PPP. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 44	Liberação de parcelas, no montante de R\$ 910.220,14, dos recursos dos recursos do Convênio nº CV/AL/8.000/2008 (Siafi nº 633984) a despeito das impropriedades em sua execução e prestação de contas.	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 em que dispõe sobre a Elaboração, análise e aprovação e encaminhamento, referente ao plano de ação dos convênios da SR – 22 (Alagoas) e também, resposta ao e Memo. n. ° 056/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO, alusivo Revisão do PPP. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 48	Pagamentos por serviços não executados ou não comprovados, no montante de R\$ 3.153.568,80, referentes ao Contrato nº 11.000/2010.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento.
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 50	Atesto e pagamento de execução de serviços de baixa qualidade relativos ao Contrato nº 11.000/2010.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento

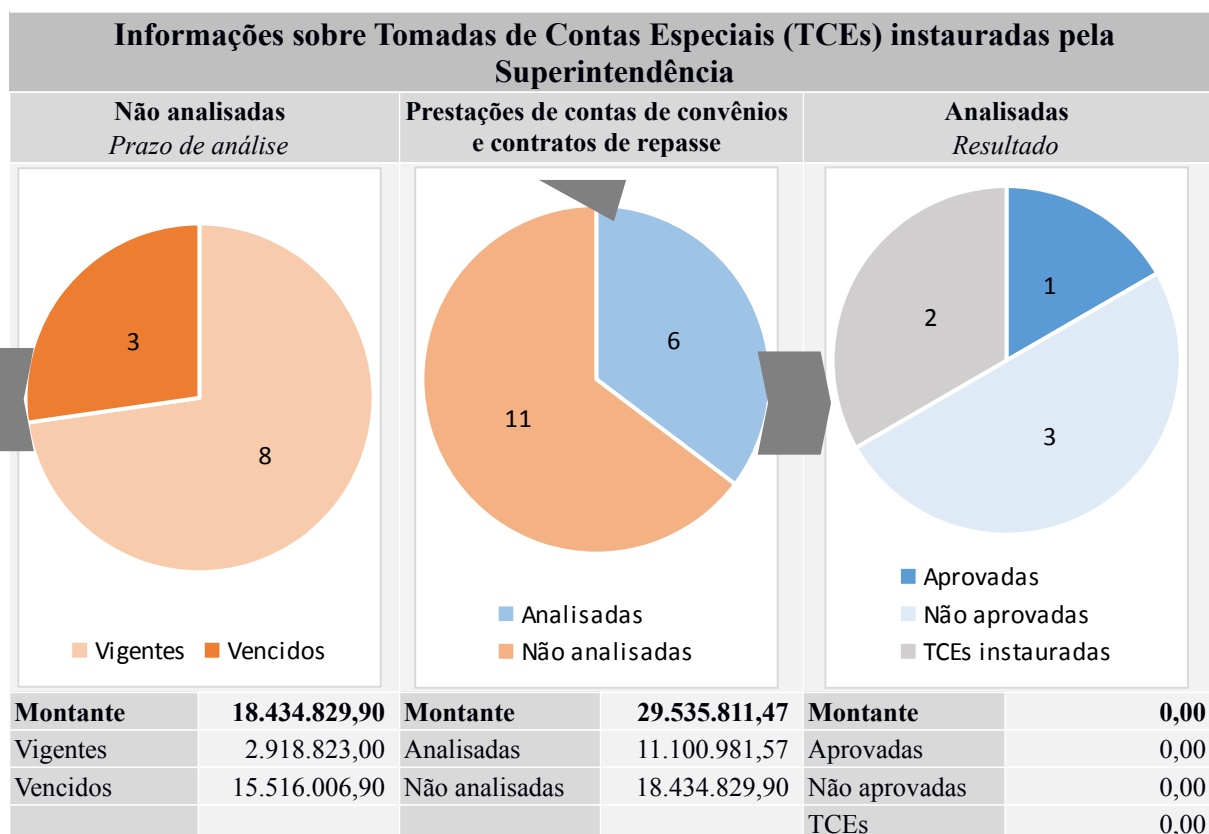
<u>Relatório CGU 201109238</u>	Constatação 51	Pagamento por serviço acima do preço de mercado, no valor total de R\$ 293.280,00, relativo ao Contrato CRT/AL nº 14.000/2010.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201203480</u>	Constatação 14	Falhas detectadas na fase interna da Concorrência Pública 001/2011.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201203480</u>	Constatação 15	Imprecisão nos itens previstos no BDI da proposta vencedora da Concorrência Pública 001/2011, poderá causar prejuízo potencial ao erário.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201203480</u>	Constatação 18	Irregularidades em comprovações de despesas realizadas com Cartões de Pagamentos, no montante de R\$ 1.525,99.	Solicitação concluída e recebida pela CGU, encaminhada através do OFICIO/INCRA/SR-22/AL/GAB/Nº 854/2015.
<u>Relatório CGU 201305628</u>	Constatação 03	Imprecisão nos itens previstos no BDI da proposta vencedora da Concorrência Pública 001/2011 poderá causar prejuízo potencial ao erário.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201305867</u>	Constatação 07	Liberação indevida de recursos para convênios irregulares.	Foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 em que dispõe sobre a Elaboração, análise e aprovação e encaminhamento, referente ao plano de ação dos convênios da SR – 22 (Alagoas) e também, resposta ao e Memo. n.º 056/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO, alusivo Revisão do PPP. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201306507</u>	Constatação 05	Imprecisão nos itens previstos no BDI da proposta vencedora da Concorrência Pública 001/2011 poderá causar prejuízo potencial ao erário.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201306508</u>	Constatação 04	Pagamento por serviços não previstos no contrato.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento

<u>Relatório CGU 201314958</u>	Constatação 02	Projeto de engenharia e anexos elaborados em dissonância com o Capítulo IV da Norma de Execução INCRA nº 54/2006.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201314959</u>	Constatação 02	Projeto de engenharia e anexos elaborados em dissonância com o Capítulo IV da Norma de Execução INCRA nº 54/2006.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201314960</u>	Constatação 02	Projeto de engenharia e anexos elaborados em dissonância com o Capítulo IV da Norma de Execução INCRA nº 54/2006.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201314961</u>	Constatação 02	Projeto de engenharia e anexos elaborados em dissonância com o Capítulo IV da Norma de Execução INCRA nº 54/2006	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315055</u>	Constatação 03	Disparidade entre a execução física da obra e itens contratados e constantes nos boletins de medição, resultando em superfaturamento por quantidade, no montante estimado de R\$ 1.228.825,41.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315055</u>	Constatação 04	Prorrogação do prazo de execução das obras do contrato nº 11.000 sem motivação.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315055</u>	Constatação 05	Serviços relativos ao Contrato nº 11.000/2010 executados com baixa qualidade.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315056</u>	Constatação 03	Disparidade entre a execução física da obra e itens contratados e constantes nos boletins de medição, resultando em superfaturamento por quantidade, no montante estimado de R\$ 1.254.258,26.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU</u>	Constatação 05	Serviços relativos ao Contrato nº 11.000/2010 executados com baixa	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão

<u>Relatório CGU 201315056</u>		qualidade.	fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315057</u>	Constatação 02	Impropriedades no acompanhamento da execução das obras contratadas, tais como não apresentação dos detalhamentos do projeto, de detalhamento dos serviços executados e da Garantia de Execução.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315057</u>	Constatação 03	Disparidade entre a execução física da obra e itens contratados e constantes nos boletins de medição, resultando em superfaturamento por quantidade, no montante estimado de R\$ 3.946.988,61.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315057</u>	Constatação 04	Prorrogação do prazo de execução das obras do Contrato nº 12.000 sem motivação ou em desconformidade com a previsão contratual, bem como acréscimo de valor ao contrato sem formalização de aditivo.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315057</u>	Constatação 05	Serviços relativos ao Contrato nº 12.000/2010 executados com baixa qualidade.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315057</u>	Constatação 07	Serviços relativos ao Contrato nº 12.000/2010 pagos e não executados, relativos ao calçamento de ruas do Projeto de Assentamento Boa Fé.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315058</u>	Constatação 03	Disparidade entre a execução física da obra e itens contratados e constantes nos boletins de medição, resultando em superfaturamento por quantidade, no montante estimado de R\$ 68.768,70.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315058</u>	Constatação 04	Inexecução de serviços, prorrogação do prazo de execução das obras do Contrato nº 17.000 e aumento do valor do contrato sem comprovação da motivação	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315059</u>	Constatação 03	Disparidade entre a execução física da obra e itens contratados e constantes nos boletins de medição, resultando em superfaturamento por	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU, manifestando

		quantidade, no montante estimado de R\$ 50.307,34.	sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315061</u>	Constatação 03	Disparidade entre a execução física da obra e itens contratados e constantes nos boletins de medição, resultando em superfaturamento por quantidade, no montante estimado de R\$ 1.139.099,28.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU , manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315062</u>	Constatação 03	Disparidade entre a execução física da obra e itens contratados e constantes nos boletins de medição, resultando em superfaturamento por quantidade, no montante estimado de R\$ 66.449,06	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU , manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315063</u>	Constatação 02	Impropriedades no acompanhamento da execução das obras contratadas, tais como Garantia de Execução expirada, inexistência de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, além de atrasos nos pagamentos à contratada	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU , manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315063</u>	Constatação 03	Prorrogação do prazo de execução das obras do Contrato nº 6.000 sem comprovação da motivação.	De acordo com informação da Gestão junto ao Setor de Engenharia estão fechando uma resposta consolidada para ser enviada a CGU , manifestando sobre esse tema. Com isso, buscando conclusão deste item ou uma prorrogação de prazo para fechamento
<u>Relatório CGU 201315064</u>	Constatação 24	Descumprimento da Portaria INCRA nº 352/2013 no restabelecimento do Crédito Instalação para Projetos de Assentamento da SR-22	Solicitação concluída e recebida pela CGU, encaminhada através do OFICIO/INCRA/SR-22/AL/GAB/Nº 857/2015.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



Análise

Objetivando ao atendimento às disposições contidas no acórdão Nº 578/2010 – PLENÁRIO/TCU – CONVÊNIOS VENCIDOS – SR-22/AL, instrumentos de convênios, cujo objetivo é zerar os estoques de convênios vencidos em nossa SR. Não só visando a atender a determinação do TCU, mas também o cumprimento ao Mem. nº 03/1º GT (Grupo de Trabalho da Sede).

Assim, foi autuado um processo administrativo sob nº 54360.000561/2015-33 que buscou a cientificação do PLANO DE AÇÃO dos convênios da SR – 22 (Alagoas) – Isto é os convênios da IN 01/97 e a solicitação da vinda de uma equipe de análise para análise de prestação de contas, fato pautado nesta solicitação a Douta Presidência do INCRA.

Desse modo, essa informação analítica, trabalha em **03 (três) vertentes** que seria: primeiramente as informações complementares em reiteração ao Memo. n.º 008/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO enviado ao Presidente do

INCRA em que solicitava apoio técnico para análise dos convênios desta SR, em segundo as informações sobre os processos de convênios que poderão serem instaurados procedimentos de TCE e pôr fim a solicitação.

Assim, em relação as informações complementares, informamos que estão pautadas nas tabelas (1 e 2). De forma que, essa complementação aperfeiçoar o memorando nº 008/2015 do GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO.

Isto posto, foi solicitado a Presidente do INCRA instar junto a: Diretoria Administrativa, Coordenação de Contabilidade, Grupo de Trabalho/SEDE-DA/DAC/DAC-3 e o Controle Interno da Autarquia para:

- 1.1. A vinda de uma equipe de CONTADORES/TÉCNICO DE CONTABILIDADE para analisar as prestações de contas dos convênios descrito na TABELA 01;
- 1.2. A vinda de uma equipe de 02 (dois) ou mais servidores capacitados em TCE, caso sejam necessárias a condução e a conclusão do procedimento de TCE nesta unidade, conforme descrito na TABELA 02;
- 1.3. CONTABILIDADE para analisar as prestações de contas dos convênios descrito na TABELA 01;
- 1.4. A vinda de uma equipe de 02 (dois) ou mais servidores capacitados em TCE, caso sejam necessárias a condução e a conclusão do procedimento de TCE nesta unidade, conforme descrito na TABELA 02;

Em relação a justificativa do item 1.1 – está pautada no Memo. n.º 008/2015/INCRA/SR-22/GRUPO DE TRABALHO E EXECUÇÃO e acrescentando neste item é que hoje somos responsáveis para monitorar a execução da revisão do Plano de Providências Permanente da CGU/AL.

Em relação a justificativa do item 1.2 – hoje na unidade só tem um servidor capacitado para conduzir a Comissão Temporária de TCE. Os 02 (dois) servidores capacitados saíram para assumir outro emprego público.

Fato relevante a comentar e acrescentar nos valores analisar é o convênio do PRONERA, inscrito no SICONV sob nº 794231/2013 que tem como objetivo de Alfabetizar e

escolarizar pessoas jovens, adultas e idosas, - Alfabetização e Escolarização Nível Fundamental Anos Iniciais (Código EJA 2) de assentamentos/acampamentos de municípios do Estado de Alagoas – AL organizados em 60 turmas durante um período de 24 meses conforme Manual do PRONERA.

O valor pactuado deste convênio é na **R\$ 2.878.323,00** Valor Global, sendo que de contrapartida será na ordem de **R\$ 30.000,00 em Bens e Serviços**.

O convênio supracita está registrado na unidade e acompanhado através do processo administrativo sob nº **54360.000640/2013-82, tendo como entidade conveniente inscrita no CNPJ 33.599.119/0001-81 - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE MEB**

O Tribunal de Contas da União recebeu denúncia noticiando a existência de supostas fraudes na aquisição de imóvel rural denominado “Matas do Gajurú”, localizado no município de São Miguel dos Campos/AL, onde o denunciante alegava ser o verdadeiro proprietário do referido imóvel e que o Incra teria agido em conluio na realização de fraude imobiliária. Após avaliar a denúncia, sem proceder a análise do mérito, o Tribunal de Contas da União emitiu o **ACÓRDÃO Nº 221/2014 - TCU - Plenário**, determinando que o INCRA tomasse algumas providências. Tendo em vista essas determinações, passamos a informar:

O Incra adotou as medidas cabíveis, instaurando Processo administrativo disciplinar que encontra-se em fase final de julgamento (processo n.º 54000.001176/2012-50). O processo foi analisado pelo Incra e encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde está em análise na CONJUR, para posterior julgamento pelo Ministro do MDA.

As ações judiciais instauradas estão em curso, ainda sem o trânsito em julgado, bem como, o processo administrativo disciplinar está em fase de julgamento. Seguem, no Anexo deste Relatório de Gestão 2015, os relatórios de andamento das ações judiciais de n.º 0005929-11.2011.4.05.8000 e 0000459-62.2012.4.05.8000. Uma vez concluídos os processos, o Incra atenderá às determinações do Tribunal de Contas da União

TABELA DOS CONVÊNIOS DA SR – 22 (TABELA 01)
CONVÊNIOS VERSUS SITUAÇÃO PARA SEREM ANALISADOS

ITEI	SIAFI	CRT/AL/T	ENTIDADE	VALOR	SITUAÇÃO NO SIAFI	RELATÓRIO TÉCNICO	RELATÓRIO CONTÁBIL	SITUAÇÃO
1	625737	2000/2008	ZUMBI	R\$ 6.003.489,07	APROVAR	SIM	NÃO	Faltando análise contábil
2	625737	2000/2008	INSTITUTO NATURAL	R\$ 3.875.523,30	APROVAR	SIM	NÃO	Faltando análise contábil
3	629133	4000/2008	PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS	R\$ 1.325.406,19	APROVAR	SIM	NÃO	Faltando análise contábil
4	629133	2000/2008	INSTITUTO TERRA VIVA	R\$ 4.795.200,30	APROVAR	SIM	NÃO	NOTA 1
5	631689	6000/2008	COOATES	R\$ 2.260.059,26	APROVAR	SIM	NÃO	Faltando análise contábil
6	631689	2000/2008	CEAPA	R\$ 2.288.511,30	APROVAR	SIM	SIM	NOTA 2
TOTAL				R\$ 22.586.068,20				

TABELA DOS CONVÊNIOS DA SR – 22 (TABELA 02)

CONVÊNIOS VERSUS SITUAÇÃO DE POSSÍVEL INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE TCE

ITE	SIAFI	CRT/AL/T	ENTIDADE	VALOR	SITUAÇÃO NO SIAFI	RELATÓRIO TÉCNICO	RELATÓRIO CONTÁBIL	SITUAÇÃO
1	517992	12.000/2004	SECRETARIA DE ESTADO INFRA ESTRUTURA -SEINFRA	R\$ 1.316.536,00	INA DIMPLENCIA SUSPENSA	SIM	SIM	NOTA 01
2	50000	7.000/2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÓI	R\$ 900.000,00	INA DIMPLENCIA SUSPENSA	SIM	SIM	NOTA 02
3	561001	1.000/2006	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI	R\$ 808.000,00	INA DIMPLENCIA EFETIVA	SIM	SIM	NOTA 03
4	50000	7.000/2005	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENV. DEPARTAMENTO - FUNDUNIV	R\$ 500.000,00	INA DIMPLENCIA SUSPENSA	SIM	SIM	NOTA 04
5	540900	4.000/2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO	R\$ 235.000,00	INA DIMPLENCIA SUSPENSA	SIM	SIM	NOTA 05
6	534058	1.000/2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA GRANDE	R\$ 190.413,60	INA DIMPLENCIA EFETIVA	SIM	SIM	NOTA 06
TOTAL				R\$ 4.838.928,27				

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores			
		1	2	3	4
1	Ambiente de controle				
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x	
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x	
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x			
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x	
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x
2	Avaliação de risco				
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x		
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x	
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x	
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x	
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x	
3	Procedimentos de controle				
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x		
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x		

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores			
		1	2	3	4
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x
4	Informação e comunicação				
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x		
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x		
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x		
5	Monitoramento				
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x		
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x		
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x	
Legenda dos valores					
1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.					
2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.					
3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

A SR-22 ainda não desenvolveu um sistema de consolidação dos dados sobre o atendimento do público externo. Mas tomou a decisão de dialogar com os servidores da Sala da Cidadania para estabelecer a prática da construção de relatórios bimestrais com dados consolidados, o que irá superar a presente lacuna no relatório de gestão do Exercício de 2016.

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Serviço A					
Serviço B					
Serviço C					
Serviço D					
Serviço E					

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

9.4.1 Quadros das demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 (próximas páginas)

EXERCÍCIO

2015

PERÍODO

Anual

EMISSÃO

14/04/2016

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULO	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias			
Ordinárias		-	-
Vinculadas		-	-
Educação		-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	-
Operação de Crédito		-	-
Alienação de Bens e Direitos		-	-
Transferências Constitucionais e Legais		-	-
Previdência Social (RGPS)		-	-
Doações		-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	-
Demais Recursos		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		10.533.950,64	5.982,15
Resultantes da Execução Orçamentária		5.335.938,63	-
Cota Recebida		-	-
Repasse Recebido		-	-
Sub-repasse Recebido		5.335.938,63	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	-
Valores Diferidos - Baixa		-	-
Valores Diferidos - Inscrição		-	-
Correspondência de Débitos		-	-
Cota Devolvida		-	-
Repasse Devolvido		-	-
Sub-repasse Devolvido		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		5.198.012,01	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		5.197.754,64	-
Demais Transferências Recebidas		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		257,37	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	-
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		3.871.293,47	4.730.382,12
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		933.278,08	1.412.095,94
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.885.783,73	3.276.226,75
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários		52.231,66	42.059,43
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	42.059,43
Restituições a Pagar		-	-
Passivos Transferidos		-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		46.249,51	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22
ÓRGÃO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

EXERCÍCIO	PERÍODO
2015	Anual
EMISSÃO	PÁGINA
14/04/2016	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	5.982,15	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			-
Saldo do Exercício Anterior	95.048,39	-	Saldo para o Exercício Seguinte	57.934,69	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	95.048,39	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.934,69	-
TOTAL	14.500.292,50	-	TOTAL	14.500.292,50	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO		373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22		2015	Anual
ORGAO SUPERIOR		22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA		EMISSAO	PAGINA
				14/04/2016	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL					

RECEITA					
	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	-	-	-	-
	Impostos	-	-	-	-
	Taxas	-	-	-	-
	Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
	Contribuições Sociais	-	-	-	-
	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
	Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
	RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-
	Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
	Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
	Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
	Compensações Financeiras	-	-	-	-
	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
	Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
	Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
	Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
RECEITAS INDUSTRIAIS	Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
	Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
	Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
RECEITAS DE SERVIÇOS	Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
	Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
	Transferências do Exterior	-	-	-	-
	Transferências de Pessoas	-	-	-	-
	Transferências de Convênios	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
	Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
	Indenizações e Restituições	-	-	-	-
	Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
	Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
	Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22			EMISSÃO 14/04/2016	PÁGINA 2
ORGAO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA			VALORES EM UNIDADES DE REAL	

		RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
Operações de Crédito	Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
	Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
		-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas		-	-	-	-
Transferências do Exterior		-	-	-	-
Transferência de Pessoas		-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas		-	-	-	-
Transferências de Convênios		-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Divida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiame.		-	-	-	-
Receta Divida Ativa Alienação Estoques de Café		-	-	-	-
Receta de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobilária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobilária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT		-	-	9.705.993,54	9.705.993,54
TOTAL		-	-	9.705.993,54	9.705.993,54
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos		-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
14/04/2016

PÁGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22
ORGAO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA									
	DESPESAS ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO		
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	9.705.993,54	6.820.209,81	5.886.931,73	-9.705.993,54	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	9.705.993,54	6.820.209,81	5.886.931,73	-9.705.993,54	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	9.705.993,54	6.820.209,81	5.886.931,73	-9.705.993,54	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	9.705.993,54	6.820.209,81	5.886.931,73	-9.705.993,54	-	-
TOTAL	-	-	-	9.705.993,54	6.820.209,81	5.886.931,73	-9.705.993,54	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	194.837,42	3.354.908,79	3.122.801,18	3.115.915,91	501,91	433.328,39
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	194.837,42	3.354.908,79	3.122.801,18	3.115.915,91	501,91	433.328,39
DESPESAS DE CAPITAL	5.895.635,32	875.827,56	160.310,84	160.310,84	5.586.834,23	1.024.317,81
Investimentos	5.579.097,66	715.516,72	-	-	5.586.834,23	707.780,15
Inversões Financeiras	316.537,66	160.310,84	160.310,84	160.310,84	-	316.537,66
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.090.472,74	4.230.736,35	3.283.112,02	3.276.226,75	5.587.336,14	1.457.646,20

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	60,00	1.353.705,07	1.346.436,03	7.063,64	265,40
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22	EMISSÃO 14/04/2016	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		2015	2014
INGRESSOS		188.857,05	-
Receitas Derivadas e Originárias		10.586.182,30	-
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		10.586.182,30	-
Ingressos Extraorçamentários		-	-
Restituições a Pagar		-	-
Passivos Transferidos		-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		46.249,51	-
Transferências Financeiras Recebidas		10.533.950,64	-
Arrecadação de Outra Unidade		5.982,15	-
Variação Cambial		-	-
Valores para Compensação		-	-
Valores em Trânsito		-	-
DARF - SISCOMEX		-	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	-
Demais Recebimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-10.397.325,25	-
Pessoal e Demais Despesas		-9.699.792,36	-
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-	-
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22	EMISSÃO 14/04/2016	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Cultura	2015	2014
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-9.657.732,93	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-42.059,43	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-691.550,74	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-5.256,11	-
Outras Transferências Concedidas	-686.295,63	-
Outros Desembolsos das Operações	-5.982,15	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-5.982,15	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-5.982,15	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-225.970,75	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22	2015	Anual
ORGAO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	EMISSAO	PAGINA
		14/04/2016	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-225.970,75	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-225.970,75	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estadais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-37.113,70	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	95.048,39	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	57.934,69	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO		373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22	2015	Anual
ORÇAO SUPERIOR		22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	EMISSAO 14/04/2016	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL				

DESPESAS ORÇAMENTARIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	60,00	1.353.705,07	1.346.436,03	7.063,64	265,40
DESPESAS DE CAPITAL	-	67.655,71	65.659,91	-	1.995,80
Investimentos	-	67.655,71	65.659,91	-	1.995,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	60,00	1.421.360,78	1.412.095,94	7.063,64	2.261,20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22
ORGAO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA

EXERCICIO	PERÍODO
2015	Anual
EMISSAO	PAGINA
14/04/2016	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO			
	2015	2014			
ATIVO CIRCULANTE	153.756.190,43	146.441.271,92	PASSIVO CIRCULANTE	947.961,30	1.469.016,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.934,69	95.048,39	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	12.413,77
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	872.877,18	1.285.600,36
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	75.084,12	171.002,83
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	39.562.590,75	38.879.124,84			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	114.082.612,66	107.432.668,23			
Estoques	53.052,33	34.430,46			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	289.043.219,72	332.294.686,95	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	194.177.647,44	237.867.516,95	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	110.680.241,17	154.370.110,68	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	110.680.241,17	154.370.110,68	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	83.497.406,27	83.497.406,27	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	947.961,30	1.469.016,96
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	-	-			
Participações Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultados Acumulados	441.851.448,85	477.266.941,91
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado do Exercício	8.286.167,68	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	477.266.941,91	477.266.941,91
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-43.701.660,74	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	441.851.448,85	477.266.941,91



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22	EMISSÃO 14/04/2016	PÁGINA 2
ORÇAO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2015	2014	
Demais Investimentos Permanentes	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	
Imobilizado	94.849.844,31	94.411.442,03	
Bens Móveis	3.905.937,29	3.624.510,84	
Bens Imóveis	4.418.869,67	4.054.629,87	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-512.932,38	-430.119,03	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Bens Imóveis	90.943.907,02	90.786.931,19	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	90.952.485,93	90.792.175,09	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-8.578,91	-5.243,90	
Intangível	15.727,97	15.727,97	
Softwares	-	-	
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	15.727,97	15.727,97	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	15.727,97	15.727,97	
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	
Diferido	-	-	
Diferido	-	-	
(-) Amortização Acumulada	-	-	
TOTAL DO ATIVO	442.799.410,15	478.735.958,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			442.799.410,15
			478.735.958,87

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2015	2014	
ATIVO FINANCEIRO	57.934,69	11.825.120,65	
ATIVO PERMANENTE	442.741.475,46	466.910.838,22	
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL
			437.514.904,19
			466.945.732,82

Quadro de Compensações			
ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2015	2014	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	675.082,01	675.082,01	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
			14.330.826,79
			11.184.105,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO		373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22		2015	Anual
				EMISSÃO	PÁGINA
				14/04/2016	3
ÓRGÃO SUPERIOR		22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
	2015		2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
Execução dos Atos Potenciais Ativos	675.082,01	Execução dos Atos Potenciais Passivos	14.330.826,79
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	675.082,01	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	686.295,63
Direitos Contratuais a Executar	-	Obrigações Contratuais a Executar	10.497.809,67
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	675.082,01	TOTAL	11.184.105,30

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	
Recursos Ordinários	-2.852.768,19
Recursos Vinculados	-2.373.803,08
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-2.373.803,08
TOTAL	-5.226.571,27

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-INCRA/SR-22

ÓRGÃO SUPERIOR

22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

EXERCÍCIO

2015

EMISSÃO

14/04/2016

PERÍODO

Anual

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.607.576,67	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	17.259.928,37	-
Transferências Intergovernamentais	10.533.950,64	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	6.725.977,73	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	341.666,15	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	288.353,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	53.313,15	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.982,15	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22	2015	Anual
ORGAO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	EMISSAO 14/04/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	VPA de Dívida Ativa	-	-
	Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
	Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.982,15	-
	Pessoal e Encargos	9.321.408,99	-
	Remuneração a Pessoal	-	-
	Encargos Patronais	-	-
	Benefícios a Pessoal	-	-
	Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.471,63	-
	Aposentadorias e Reformas	-	-
	Pensões	-	-
	Benefícios de Prestação Continuada	-	-
	Benefícios Eventuais	-	-
	Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.471,63	-
	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9.190.550,39	-
	Uso de Material de Consumo	52.775,78	-
	Serviços	9.063.417,48	-
	Depreciação, Amortização e Exaustão	74.357,13	-
	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
	Juros e Encargos de Mora	-	-
	Variações Monetárias e Cambiais	-	-
	Descontos Financeiros Concedidos	-	-
	Aportes ao Banco Central	-	-
	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
	Transferências e Delegações Concedidas	5.982,15	-
	Transferências Intragovernamentais	5.982,15	-
	Transferências a Instituições Privadas	-	-
	Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
	Transferências a Consórcios Públicos	-	-
	Transferências ao Exterior	-	-
	Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
	Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.024,57	-
	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
	Perdas com Alienação	-	-
	Perdas Involuntárias	-	-
	Incorporação de Passivos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373051 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE ALAGOAS-IN CRA/SR-22
ÓRGÃO SUPERIOR	22201 - INSTT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

EXERCÍCIO	PERÍODO
2015	Anual
EMISSÃO	PÁGINA
14/04/2016	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2015	2014	
Desincorporação de Ativos	3.024,57	-	
Tributárias	112.949,60	-	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	
Contribuições	112.949,60	-	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	3.430,65	-	
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	
Custo dos Serviços Prestados	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.430,65	-	
Premiações	-	-	
Resultado Negativo de Participações	-	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	-	
Incentivos	-	-	
Subvenções Econômicas	-	-	
Participações e Contribuições	-	-	
Constituição de Provisões	-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.430,65	-	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.286.167,68	-	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
	2015	2014	